



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 31 DE JULHO DE 2020

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Eláccio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão 10 horas e 45 minutos.

Nos termos dos artigos 225.º e 226.º, procedeu-se ao debate e apreciação da Moção de Censura, apresentada por um grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do ADI ao XVII Governo Constitucional, após a apresentação pelo primeiro proponente, o Líder Parlamentar do ADI (Abnildo d'Oliveira), seguida da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus).

No debate, intervieram, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), da Saúde (Edgar Neves), das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais (Osvaldo Abreu), da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (Francisco Ramos), da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos

Parlamentares (Wuando Castro), dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Elsa Pinto), que também responderam às questões levantadas, os Srs. Deputados José António Miguel (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Carlos Correia (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI), Anaydi Ferreira (ADI), Alda Ramos (ADI), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Abnildo d'Oliveira (ADI) e Cílcio Santos (MSTP/PSD).

Foi rejeitada a Moção de Censura ao XVII Governo Constitucional, seguida da leitura da deliberação do Projecto de Moção de Censura n.º 1/XI/4.ª/2020, após a intervenção final do Líder Parlamentar do ADI (Abnildo d'Oliveira).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Estiveram presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
André Varela **Ramos**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Carlos Aberto Pires **Pinheiro**
Carlos Vila Nova
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Ekneide Lima dos **Santos**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Paulo Jorge Carvalho
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José **da Costa**
Adilson dos Reis Vaz
Aérton do Rosário Crisóstomo
Amaro Pereira de **Couto**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo Barbosa Semedo
Ayza Fortes da **Silva**
Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos **Santos**
Cristina Maria Fernandes **Dias**
Danilo Neves dos **Santos**
Elákcio Afonso **da Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Gelsa Pinto da **Silva**
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
José Rui Tavares Cardoso
Maiquel Jackson do Espírito **Santo**
Manuel Vicente
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**
Jamiel Joana **Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes
António Monteiro Fernandes
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Tínhamos previsto o início desta sessão às 14 horas, portanto, gostaria de submeter à apreciação dos Srs. Deputados, se iniciaremos já imediatamente ou, de acordo com a previsão, às 14 horas.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — De imediato.

O Sr. **Presidente** : — Gostaria de ouvir os Grupos Parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Agora.

O Sr. **Presidente** : — O Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Presidente, nós já tínhamos acordado, em Conferência de Líderes, caso o debate sobre o Orçamento Geral do Estado acabasse mais cedo do que o previsto, entraríamos directamente, acto contínuo, na discussão da Moção de Censura. Já foi um entendimento acordado em Conferência de Líderes.

O Sr. **Presidente**: — Pese embora ter sido uma decisão da Conferência, os Deputados receberam a convocatória, com 14 horas. Portanto, é sempre bom submeter à apreciação do Plenário.

Sr. Líder Parlamentar do ADI, alguma reacção?

Não. Portanto, concordam. Então, vamos de imediato apreciar o texto da Moção de Censura, apresentada por alguns Deputados do Grupo Parlamentar do ADI.

Só para elucidar as Sras. e Srs. Deputados, peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura dos artigos 225.º, 226.º e seguintes.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Passo à leitura dos artigos que fazem referência a Moção de Censura:

«Artigo 225.º. Iniciativa.

Podem apresentar moções de censura ao Governo sobre a execução do seu Programa ou assunto relevante de interesse nacional, um quarto dos Deputados em efectividade de funções ou qualquer grupo parlamentar.

Artigo 226.º Debate.

1. O debate inicia-se no terceiro dia parlamentar subsequente à apresentação da moção de censura, não pode exceder três dias e durante ele as reuniões da Assembleia não têm período de antes da ordem do dia.

2. O debate é aberto e encerrado pelo primeiro dos signatários da moção.

3. O Primeiro-Ministro tem o direito de intervir imediatamente após e antes das intervenções previstas no número anterior.

4. São aplicáveis ao debate as regras do artigo 158.º.

5. A moção de censura pode ser retirada até ao termo do debate.

Artigo 27.º. Moção de censura.

1. Encerrado o debate, procede-se à votação na mesma reunião e após intervalo de uma hora, se requerido por qualquer grupo parlamentar.

2. A moção de censura só se considera aprovada quando tiver obtido os votos da maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

3. Se a moção de censura não for aprovada, os seus signatários não poderão apresentar outra durante a mesma sessão legislativa.

4. No caso de aprovação de uma moção de censura, o Presidente da Assembleia Nacional comunica o facto ao Presidente da República.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Portanto, está feita a leitura do processo regimental. Com efeito, convido o primeiro subscritor do texto da Moção de Censura, para fazer a apresentação da respectiva Moção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro, caras Deputadas e caros Deputados, Sras. Ministras e Srs. Ministros, caras e caros presentes, caras e caros são-tomenses que nos seguem no País e no estrangeiro: Como dissemos no texto que introduziu a Moção de Censura, o Grupo Parlamentar do ADI, apesar de constituir a

maior representação parlamentar, tem a plena consciência da sua inferioridade em relação à soma dos deputados que apoiam e sustentam o actual Governo e a incerteza do desfecho da presente Moção, mas é no exercício de um direito democrático consubstanciado nas alíneas b) do artigo 94.º e do artigo 97.º, ambos da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, e no dever de oposição e de interpelação da comunidade nacional para o descalabro a desordem em que se encontra o País e as suas principais instituições, que, em nome do povo e da rejeição da fatalidade, exercemos aqui este direito.

Ninguém tem hoje dúvidas de que o País vai mal e que se nada for feito para travar ou inverter esta marcha, o nosso destino colectivo será desordem e retrocesso. É contra isso que o Grupo Parlamentar do ADI se levanta e se opõe, com determinação, e convida a todos aqui presentes, aqueles que partilham esta visão, que votem na Moção de Censura que estamos neste momento a submeter para a discussão.

A este propósito, gostaria de ler uma breve nota. É a Nação inteira que cada um de nós, Deputadas e Deputados, aqui presentes, representa, e é a Nação que importa defender e salvar.

É notório que, apesar dos discursos líricos e de um sistemático apelo ao enterramento do machado de guerra, o Sr. Primeiro-Ministro transformou-se num justiceiro, preocupado apenas e com o seu ego, dividindo e espezinhando os são-tomenses, e hábil manipulador desta ferramenta.

Infelizmente, o ódio do Sr. Primeiro-Ministro atingiu um tal patamar que, numa infeliz tentativa de querer atacar um cidadão em *cóbó d'auá*, perdeu-se e zangou-se com todos os são-tomenses, que na diáspora lutam afincadamente, num espaço muitas vezes adverso e hostil, pela sua sobrevivência, que a terra natal não foi e não é capaz de proporcionar-lhes. Ao invés de um reconhecimento e uma sentida meia culpa, por termos colectivamente falhado também neste capítulo, é a afronta que um dos mais altos representantes da Nação oferece aos mesmos. Mas isso não é de estranhar, se tivermos em conta que este Governo é completamente avesso ao contraditório democrático, jamais aceitou uma crítica ou orientação, mesmo quando oriundas das suas próprias fileiras. Às críticas de Sua Excelência o Sr. Presidente da República e dos anteriores presidentes da República, respondeu sempre com a censura directa das suas intervenções nos meios de comunicação social. Factos!

Aos conselhos de especialistas, foram sistematicamente opostos, por ostracismo e exclusão.

Aos protestos dos funcionários públicos, aos gritos dos populares e às lamentações dos taxistas, motoqueiros e *palaiés*, o Sr. Primeiro-Ministro respondeu sempre com um pouco mais de repressão à moda antiga.

A corrupção grassa e não se entende como é que um governo que elegeu como a sua bandeira o combate à corrupção, que tem inúmeras queixas-crimes introduzidas contra os ex-dirigentes do Governo ou da Governação do ADI, esteja cego surdo e mudo perante um sem-número de casos flagrantes e grosseiros de corrupção. Mas também isso não nos estranha, porque o Primeiro-Ministro nunca sabe de nada. Talvez porque não controla a ala corrupta do seu Governo ou talvez ainda porque não quer mesmo saber de nada, para conviver em paz e sossego como Jesus. Ora bem, nenhum governo é um cantinho para se refugiar na paz e no sossego. Como pode o Sr. Primeiro-Ministro estar a combater a corrupção e desconhecer que, no Instituto de Segurança Social o dinheiro dos contribuintes vai parar aos bolsos alheios, e a gestão de fundos é feita de forma catastrófica, ameaçando colapso?

Na Rádio Nacional, a corrupção tem o rosto de director, com o seu logotipo.

A sobrefacturação do valor das obras de requalificação das pontes sobre o Rio Água Grande, pelo Instituto Nacional de Estradas, com os valores mais do que triplicados. A uma mesma empresa, num concurso que muito deixa a desejar, foi adjudicada a obra de requalificação da estrada do Norte.

Em curto espaço de tempo, os sinais exteriores de riqueza dos ministros e alguns directores.

Nunca o País atravessou, e de forma tão visível, uma crise política tão profunda e tão corrosiva da sociedade e do Estado, revelando disfuncionamentos graves ao nível do próprio Governo e das demais instituições fundamentais do Estado.

Assistimos claramente a uma deriva autoritária dos poderes constituídos, com todo o seu cortejo de actos e arbitrariedades, delapidação dos fundos públicos, enfraquecimento do poder do Estado, baixa da qualidade dos serviços públicos, com o seu expoente máximo nos Sectores da Saúde, da Justiça e dos Tribunais, enquanto um profundo sentimento de impunidade invade a Nação e desejo de vingança cresce aos olhos de todos. Aqui repito, o desejo de vingança pessoal cresce aos olhos de todos. Infelizmente, mas isso não pode ficar assim, e não pode ficar aqui assim.

O Governo não olha a meios para atingir os seus fins, pela prática sistemática de actos de ilegalidade manifesta dissimula, alegre e voluntariamente, factos absolutamente censuráveis praticados pelos seus membros e altos responsáveis da Administração Pública. Esses factos não nos podem deixar indiferentes, particularmente numa altura em que o Governo dá sinais claros de fraqueza, ao mesmo tempo que evidencia atitudes e comportamentos que outra coisa não visa, se não diminuir as capacidades de iniciativa da Assembleia Nacional de supervisão e controlo da acção governativa.

A não apresentação dos relatórios detalhados das medidas adoptas e dos encargos financeiros resultantes da aplicação de forma extraordinária, para fazer face à pandemia Covid-19 e a ausência do Sr. Primeiro-Ministro na Assembleia Nacional ao longo dos 3 meses em que durou o Estado de Emergência; a remessa aleatória e sistemática de informações e documentos à Assembleia Nacional, quando prazos peremptórios estão fixados em leis; os sucessivos lapsos e falhas de memória do Sr. Primeiro-Ministro, que nunca sabe de nada; e a cacofonia habitual, tudo isso, interpela a todos sobre a capacidade de Sua Excelência o Dr. Bom Jesus continuar à frente do destino do Governo da República.

Desde a sua posse, em Dezembro de 2018, que temos um governo que intromete, clara e vergonhosamente, na Justiça, com o Primeiro-Ministro como actor principal de um filme que nos levará certamente à calamidade social.

Outrossim, existem amostras evidentes de que a Justiça entrou na política e está-se a utilizar a Justiça para resolver os problemas políticos e pessoais. Neste particular, convém repetir, infelizmente, existem amostras evidentes de que a Justiça entrou na política e está-se a utilizar a Justiça para resolver problemas políticos e pessoais. Paralelamente a tudo isso, é notória a falta de uma acção proactiva e com carácter de emergência do Governo, face à situação da ilha do Príncipe, pois, até a data, não se dignou encontrar e apresentar uma solução adequada e necessária para as ligações entre as duas ilhas.

Um primeiro-ministro que não respeita o Presidente da República, desleal nas relações institucionais e para com este, todos os actos claros de intromissão na Justiça, com a conivência do aparelho judicial, o cerceamento da liberdade de expressão, as perseguições políticas encetadas por este Governo e a má imagem que se tem passado do Estado têm levado o País, e de uma forma gritante, ao descrédito, pelo que os anseios da população e o interesse nacional não se compadecem com a forma como o Primeiro-Ministro tem conduzido os destinos do País.

O novo coronavírus, se, por um lado, veio certamente agravar as fragilidades das nossas instituições, por outro, é inequívoco que veio revelar os limites da capacidade do actual Governo de proteger as populações em situação de crise e amplificar desmesuradamente o apetite dos que governam e administram os bens e recursos públicos, sob o olhar complacente, senão mesmo conivente, do Sr. Primeiro-Ministro, do seu Governo e da administração de controlo.

Hoje, o descrédito é total e o povo reclama, sobretudo do MLSTP/PSD, outros interlocutores mais válidos, mais competentes e menos corruptos, para que não se acuse a democracia, enquanto paradigma consensualmente assumido pela Nação, mas infelizmente distorcido pelas más práticas que impedem e corroem a sociedade inteira.

Para terminar, de tudo isto, com o incumprimento das promessas eleitorais, com a incapacidade de promover o crescimento económico robusto, juntando-se a isso a ausência de uma matriz clara na condução da política externa do Estado e, o mais agravante, os comportamentos e posturas que têm posto em causa a nossa diplomacia, concorrendo desta sorte para um descrédito, não só do Governo, como do Estado, no seu todo, leva-nos, o Grupo Parlamentar do ADI, a aferir que a Nação está em crise, que a Nação corre riscos sérios e que é preciso salvar a Nação e a democracia!

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação do texto da Moção de Censura pelo primeiro subscritor, de acordo com o Regimento, o artigo 226.º, no seu ponto 3, o Primeiro-Ministro tem o direito de intervir imediatamente após e antes das intervenções previstas no número anterior.

Querendo, tem a palavra, o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do MLSTP/PSD, em pé.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputadas e Deputados da augusta Assembleia, Sras. e Srs. Membros do XVII Governo Constitucional, senhoras e senhores, Excelência, povo de São Tomé e Príncipe, sejam louvados.

Com a merecida vénia, cumprimento todos os presentes, em representação de todas e todos os são-tomenses que quero olhar, olho no olho, nesta Casa de legiferação e do povo, esse povo que mais ordena em democracia, este povo heróico, único e verdadeiramente actor e destinatário da nossa luta, da paz de que desfrutamos, da liberdade arduamente conquistada e do desenvolvimento em construção.

O meu Governo, o XVII, sustentado pela maioria democrática, MLSTP/PSD, PCD/MDFM-UDD, está a colocar pedra sobre pedra na construção do São Tomé e Príncipe de hoje.

Magi quê cuá cu nón dêvê achi? Quê clúpa cu nón tê cu a mêtê pa nón pagá achi ê? Quê côlô ventu blucu cu tlovada cu na cá mingúfa ê? Cu na cá fiá fá ê?

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Baná ni pontá d'quê!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Baná ni pontá d'quê, djá, djá mé ê ca bi çá culá! Sumu ê, lantá mon ni vala catxibú, decê mon ni vala pedon dá nón!

Senhoras e senhores, Deputadas e Deputados, este momento é excessivamente decisivo, para não ser registado com destaque. E cada um de nós, actor político, será julgado e absorvido pela história de São Tomé e Príncipe e pela posteridade. Os homens passam, as instituições permanecem.

Nguê cu dêvê Decu, só cá pagá demonó.

A democracia está neste momento a preencher mais uma das suas páginas. A história testemunha, o mundo livre presencia, as opiniões dividem-se. Para uns, esta acção de censura demonstra a vitalidade da democracia em São Tomé e Príncipe. Para outros, a leitura é de que os políticos são-tomenses não se entendem e não sabem o que querem para o País. Cheira a instabilidade política! Para outros ainda, é a imagem do País que fica beliscada, porque essa imagem que não tem preço é um valioso recurso para a captação de investimento estrangeiro.

Lamento e alerta, não tanto pela introdução da Moção de Censura, um acto normal, constitucional e regimental em Estado de Direito Democrático, mas pela extemporaneidade e inoportunidade desta prerrogativa da oposição à contra corrente de todas as expectativas, numa postura política egocêntrica, precisamente no momento de debate e aprovação do Orçamento Rectificativo 2020, no âmbito do Plano de Contingência e de Retoma Económica, perante a grave conjuntura de crise sanitária, social, económica e financeira aguda, provocada pela pandemia Covid-19. Momento também histórico em que São Tomé e Príncipe, com as sinergias de todos os seus filhos e filhas para fazer um balanço suficientemente maduro e exaustivo à altura dos 45 anos de auto-determinação e independência política, forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. Contudo, o que importa é reaprender colectivamente com os erros cometidos, refundar as bases do presente-futuro sobre novos paradigmas, reformulando atitudes, retemperando comportamentos e reajustando condutas e práticas dos actores políticos e as forças vivas da Nação.

Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, quando leio as motivações do conteúdo da Moção de Censura, assumida pela Bancada do ADI e subscrita por 14 Deputados, cujos nomes serão matérias de estudo na cadeira de Ciência Política,...

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD/MDFM-UDD.

...melhor percepciono claramente o divórcio existente entre a classe política e a sociedade, mormente, a juventude maioritária. Afinal, qual é o significado do juramento para defender os superiores interesses do povo são-tomense? Serve-se de e não se coloca ao serviço de. Na política, há muitos interesses, sabemos, mas na política também há ética, há valores, há princípios, há alma, há sentimento patriótico, há são-tomensidade e há legado para a juventude seguir.

A estabilidade política e governativa só têm valor quando o ADI está no poder? Ninguém mais pode governar 4 anos em São Tomé e Príncipe? Só ADI?

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD/MDFM-UDD.

Não há outra forma de contribuir e viver em São Tomé e Príncipe, sem estar no poder ou na política?

San Tomé cu Plinchipi tê dónu? A cuji mú. Quên sá dónu San Tomé é? A bíli fundá, pundá pôvô mécê sêbê.

Política virou bola de garoto, que cada um chuta como quer, quando quer, sem jogador completo, sem treinador presente, sem respeitar regras de jogo...

Aplausos MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

...mesmo em tempo de pandemia.

Augusta Assembleia, senhoras e senhores, Deputados e Deputadas, Excelências, a maioria democrática aprovou o OGE Rectificativo e as Grandes Opções do Plano, na generalidade, e após a discussão e aprimoramento desses instrumentos, na especialidade, durante 3 dias, os Deputados que sustentam o Governo acabam de aprovar o OGE e as GOP 2020 Rectificados, com maioria absoluta. Eu pergunto, este sinal é ou não um claro voto de confiança ao XVII Governo Constitucional, para seguir em frente e trabalhar em prol do País e do povo?

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Abram as alas, a caravana tem que avançar!

A moção de censura critica o Governo, por causa das pontes corroídas sobre o Rio Água Grande. A peritagem dos serviços de Engenharia Civil de Portugal, ao nosso pedido, constatou anomalias graves nessas pontes centenárias, obras da época colonial. O Ministério das Obras Públicas e Urbanismo recomendou obras de emergência, na base de concurso restrito, conforme o estatuído na Lei vigente sobre Licitação e Concursos Públicos, e o Conselho de Ministros anuiu. Eu não sou engenheiro, muito menos construtor civil. Fala-se do custo da obra em euros.

Senhoras e senhores, são dólares ou dobras? Este equívoco tem implicação no câmbio e a diferença de uma moeda para outra é grande, muito grande, cerca de 200 000 dólares. Há separação de poderes e o Tribunal de Contas está a acompanhar o processo, vamos aguardar. Respeitarei o veredicto. Todavia, saibam que eu, Jorge Bom Jesus, Chefe do Governo, enquanto estiver em causa a vida dos são-tomenses, não hesitarei, 1 minuto sequer, em avançar, tomando medidas e buscando soluções para resolver os

problemas deste povo. É por isso que o povo votou, é para isso que serve o Governo, naturalmente, respeitando as leis da República.

A moção de censura traz à ribalta a política externa com Marrocos, área partilhada entre o Governo e a Presidência da República. A nossa cooperação com Marrocos remonta há décadas. Refresco a memória de alguns de que, no anterior governo, esteve eminente uma visita do rei à Região Autónoma do Príncipe.

A linha de actuação do Governo, em matéria de política externa, também ajusta-se às declarações proferidas pelas autoridades são-tomenses nos fóruns internacionais.

Em relação à nomeação do Cônsul em Marrocos, o empresário francês, tendo em conta a polémica gerada e as incongruências do processo, o Conselho de Ministros, através de uma deliberação colegial, entendeu suspender o processo.

Estamos há um ano e meio de governação, não são 4 anos, e muitas acções estão em curso, como é o caso da aquisição da embarcação para ligação entre a ilha do Príncipe e São Tomé.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Sras. e Srs. Deputados, muitos ataques desferidos ao Governo nesta Moção de Censura tem um condão de atingir politicamente, com golpes inconsistentes e inconfessáveis que nada tem a ver com interesses superiores do povo de São Tomé e Príncipe.

Não ficaria mal elogiar o Governo, pela energia que melhorou, pelo rosto da cidade que está a mudar, pelos ganhos obtidos na luta contra a Covid-19 ou o paludismo? Quem critica o que está mal também pode elogiar o que está bem.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Por conseguinte, termino, com firmeza e confiança no futuro, deixando o fardo de responsabilidade histórica da votação sobre os ombros patrióticos da augusta Assembleia e o peso da decisão na consciência política e nas mãos inquebrantáveis de cada deputado e deputada da maioria democrática.

São Tomé e Príncipe vencerá mais uma batalha, mais esta batalha, no último dia do mês de Julho, 45 anos após a independência.

Eu gostaria, antes de terminar, de saudar as Sras. Deputadas, pelo dia 31 de Julho e, naturalmente, estender essas felicitações a toda as mulheres africanas e são-tomenses.

Termino parafraseando Agostinho Neto: «Eu já não espero, sou aquele por quem se espera.» E o povo espera de mim, enquanto Chefe do Governo, obra feita e melhoria das suas condições de vida.

Muito obrigado!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD, em pé.

O Sr. **Presidente**: — Seguindo o Regimento, estão abertas as inscrições, para as Sras. e Srs. Deputados que queiram participar no debate. Este privilégio é extensivo a todos os membros do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, boa tarde.

Vozes: — Bom dia.

Eu tomo a palavra exactamente nesta altura, no sentido de lembrar às pessoas que não é a primeira vez que nesta Casa Parlamentar se assiste a introdução de uma moção de censura. Eu acho que é melhor irmos habituando-nos a conviver com a democracia. Nós estamos num Estado de Direito Democrático, em que se assiste ao direito de a oposição apresentar moções de censura e o Governo solicitar moções de confiança. Este é o exercício da plena democracia.

Pela forma como este assunto é interpretado e colocado na comunicação social, é no sentido de fazer crer que os subscritores da Moção são pessoas que querem instabilidade política no País. Faço as pessoas lembrarem que, em 2012, o governo liderado pelo Dr. Patrice Trovoada também sofreu uma moção de censura. Por isso, é bom que as pessoas não tenham a memória curta e lembrem-se de que a moção de censura é um exercício pleno num Estado de Direito Democrático.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro não nos surpreende, porque de algum tempo a esta parte o senhor tem estado completamente desorientado. Como dizia o Líder do Grupo Parlamentar do ADI, o senhor de facto tem dado sinais de quem não está a conseguir aguentar. É verdade que como para muitos na política vale tudo, quem sabe o senhor de facto vai conduzir esse vale tudo, mas é preciso analisarmos, porque na situação em que o senhor está a conduzir o destino do país, para nós e para a maioria da população, não está bem. Se não, vejamos: o senhor, no seu manifesto eleitoral, que depois obviamente transformou em Programa de governação, fala na defesa da democracia, na liberdade da expressão. Eu não sei em que república, onde e se é mesmo em São Tomé e Príncipe que está a promover a liberdade. Não sei, não me parece, porque o senhor iniciou a sua governação, atacando todos os seus opositores. O senhor começou

por dar ordem de prisão, ordem superior, segundo informações que tivemos, de prisão contra o antigo Ministro das Finanças. É bom que o senhor se lembre disso. O antigo Ministro das Finanças ficou na cadeia durante 90 dias, e as informações que se tinha inicialmente é de que se tratava de ordem superior. E é bom refrescar a memória das pessoas. O senhor impediu a viagem dos humoristas são-tomenses, os Anda-pligo. Ordem superior, não podiam viajar. Vila Nova, o nosso Deputado, também sofreu a mesma situação no Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, e foi graças a diligências que se impediu que o mesmo companheiro não fosse preso.

O senhor está a falar de liberdade, de promoção da democracia, mas não sei em que república. O seu ataque à liberdade das pessoas não ficou só em São Tomé e Príncipe. O senhor estendeu-se até à diáspora. O senhor lembra-se de que, quando esteve em Bobô Forro, disse *ngué cú sá cóbo d'áua*, as pessoas que estão lá fora, que se calassem. Quem quiser falar, para vir cá falar. O senhor está pôr em causa a liberdade das pessoas, que é constitucional.

O senhor fala em pessoas que tomam posse e juram defender a Constituição, o senhor está a fazer o quê? O senhor está a violar a Constituição, põe em causa a liberdade das pessoas. Por isso, dizia e muito bem o Líder do Grupo Parlamentar do ADI, que nós estamos a exercer o nosso direito, e sabemos quanto é que somos. Estamos a exercer o nosso direito, com vista a chamar o senhor para cá e fazer com que as pessoas saibam de facto como é que o senhor está a conduzir o destino do País. Para perseguição das pessoas, o senhor paga um advogado cerca de 200 000 dobras, correspondentes a 8 000 dólares, 200 milhões de dobras antigas, para perseguir o seu adversário político. O senhor é Primeiro-Ministro? Não sei em que república. Um primeiro-ministro deve presar pela liberdade, pela paz, pelo sossego dos seus cidadãos, e não perseguir o adversário político.

O senhor disse que está a governar há um ano e meio. Se multiplicar 200 000 dobras, vezes 17 meses do seu Governo, diga-me quanto é que dá. Para pagar um advogado para perseguir os seus opositores políticos, quer aqui quer na diáspora, porque se os que estão na diáspora não se calarem, o senhor é capaz de encetar contactos junto do seu advogado, já que ele está a ganhar dinheiro, para junto a Interpol ir buscar as pessoas. O senhor está a pagar e ele tem que prestar serviço. Então, eu acho que é bom não brincarmos com coisa séria!

O senhor tem que rever, se não for agora que seja para o futuro, a sua forma de estar na política, se quiser continuar como político, como servidor da Nação, porque o senhor está a deixar muito a desejar.

O meu colega e eu também, na Terça-feira, dissemos que o senhor, no seu manifesto, fala de crescimento económico robusto, e só não vê quem não quer ver. De facto, nos rostos dos Ministros e no do senhor próprio, podemos encontrar um crescimento económico robusto, e é verdade, mas se andar pelo País todo, não sei se vai encontrar um crescimento económico robusto como o senhor propôs.

Falando ainda da questão do uso indevido e mau gasto do fundo público, o senhor tem cerca de 20 000 pequenos agricultores com cacau a estragar no mato, os senhores sabem disso. Qual é a alternativa que o senhor trouxe aqui para a resolução deste problema? Vai dizer que não é sua culpa, mas o senhor está para servir, como disse aqui. O senhor não está para criar problema, mas sim para encontrar solução para os problemas. Logo, tem que trazer propostas disso.

Dissemos-lhe que os agricultores estão com o cacau no mato a estragar, as pessoas dizem isso, com os 200 000 dobras que o senhor paga o advogado, 8 000 euros por mês, em 17 meses, o senhor ajudaria a resolver ou pelo menos indemnizar o problema, ou seja, subsidiando os pequenos agricultores, que estão a ver o seu cacau a estragar no mato. Ao invés de estar a atirar pedras contra os seus adversários, o senhor deveria estar, volto a dizer, a procurar solução para o problema do País.

Governar não vale tudo! O senhor vai dizer «vamos governar, vocês podem fazer o que quiserem», mas o senhor vai ter que prestar contas ao povo, com certeza. Só o senhor e os seus grupinhos talvez é que pensam que estão a governar bem o País.

O Sr. Primeiro-Ministro deve andar no País! Era bom que fizesse isso, para ver o sentimento das pessoas. O senhor foi a Bobô Forro, deu *show*, mas era bom se pudesse disfarçar e voltar lá no dia seguinte, para ver como é que as pessoas estão naquele mercado. As pessoas estão sentadas e não vendem absolutamente nada.

Os senhores disseram que iam apoiar o sector informal. Nós quando levantamos isso aqui, eu pessoalmente, era para o senhor dizer quanto. Para 3 meses, 600 dobras a um motoqueiro, a uma *palaiê*?! 600 dobras para 3 meses durante a pandemia? Isso não é possível! O quê que motoqueiros, *palaiês* e pequenos agricultores iam fazer com 600 dobras, em 3 meses?

Estamos a falar de coisas concretas e o senhor está a vir aqui fazer teatro. O senhor está a vir aqui como um bom literato, mas não nos interessa, porque isso não governa o País. O senhor pode ser excelente na literatura, mas o País não se governa com palavras bonitas, literatura, não. O senhor tem que governar o País com acção, com coisas concretas, com factos, melhorar as condições da vida da população. Por mais que o senhor venha aqui arrumado em muito bom na literatura, não vai conseguir, porque não é esse o problema. A gente não colocou o senhor no poder como um bom literato, mas sim como alguém eventualmente que se estava a pensar que pudesse ajudar a resolver o problema do País.

Por isso é que volto a dizer às pessoas que nós sabemos quantos somos e estamos a exercer um exercício de democracia. Nem o senhor e nem aqueles que acharam que hoje já não vale, já não é possível usar esse instrumento que a Constituição e a lei permite, porque no passado... o senhor pode

estar à vontade, porque sempre que pudermos travar os desmandos da governação deste país, vamos fazê-lo.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Quando ouvi na altura, creio que foi na sessão anterior, que o ADI ia apresentar uma moção de censura, eu pensei que se estava a brincar, mas depois, no dia 28, fui alertado por uma pessoa amiga, que perguntou se eu tinha conhecimento de que o ADI introduziu uma moção de censura. Eu disse que não sabia de nada. «Ah, está nas redes sociais.» Fui lá ver e vi mesmo que era uma moção de censura do ADI ao actual Governo, e ouvi aqui algumas passagens que preciso pegar. «É a Nação que devemos defender e proteger». Ouvi isto, mas eu também ouvi uma que eu registei e também foi dito aqui, cada um de nós será julgado e condenado pela história.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Meus senhores, nós estamos num país que se chama São Tomé e Príncipe, e eu sempre chamo atenção das pessoas para isto. O grande problema é que se andou a vender ilusões sobre este país, mas esta fórmula acabou, meus senhores. Nós temos todos que olhar o País real que é São Tomé e Príncipe.

Meus senhores, vir meter uma moção de censura em plena pandemia Covid-19 e vir dizer-me que estão a defender os interesses supremos deste povo é uma mentira, é uma farsa.

Quando eu olho para os argumentos desta moção de censura, digo, mas como é que é possível!? Vir falar-me que, dos últimos 18 anos, o pior crescimento do País. Meus senhores, temos que retroceder um pouco. Eu não posso vir apresentar esses dados ao povo, sem explicar tudo que está à volta desses dados. Eu tenho que dizer ao povo o que é que levou São Tomé e Príncipe, em 2019, crescer 1.3, e não atirar o número assim para o povo. O povo tem que saber porquê. E o porquê, meus senhores, é aquilo que se dizia hoje.

Dizer-me que houve uma subfacturação das pontes!? Sr. Primeiro Ministro, muito bem. Deixe o Tribunal de Contas clarificar esta situação, e não tenhamos pressa, porque, contrariamente àquilo que aconteceu, não temos medo que se clarifique tudo.

Agora, eu acho que não podemos ter amnésia selectiva para algumas coisas. Acho que há momentos que as pessoas têm uma amnesia selectiva e propositada.

Meus senhores, falar de subfacturação, eu teria que pegar as obras do Banco Central, eu tinha que pegar na compra do edifício para a AGER.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Querem mais? Eu tenho mais. Nós tínhamos que pegar na ENAPORT e no empréstimo que foi feito para a ENAPORT; eu tinha que pegar no crédito feito pela EMAE. Meus senhores, eu tenho mais. Eu tinha que pegar na compra do edifício para o Supremo Tribunal de Justiça.

Meus senhores, eu podia continuar com a lista, mas é preciso que não se continue e brincar com o futuro deste povo, com o futuro de todo nós. O País precisa de estabilidade, precisa. O país começa a ganhar confiança dos nossos parceiros, começa a ganhar. E não é possível!...

Senhor Primeiro-ministro, eu sei o que é que atrapalha a oposição! Sabe o que é que atrapalha a oposição? São os factos, são as obras, aquilo que se está a fazer! Há o receio de que a coisa continue no bom caminho.

Sr. Primeiro-Ministro, recebeu-se o País, em termos energéticos, com uma produção de 7, 8 megawats e hoje o País produz mais do que aquilo que se precisa.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Muito bem!

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Agora, esta base de produção energética é sustentável? Não é! Por isso, eu sei que o Governo está a trabalhar nas alternativas que são mais sustentáveis para o País.

Não podemos continuar com esta demagogia de tentar convencer os distraídos de que tudo está mal neste País. Está tudo muito mal!

Meus senhores, há dias, eu estive a ver, através das redes sociais, uma imagem do centro da nossa capital, onde está o Mercado Municipal, a pessoa pôs duas fotos. Acreditem que eu tive dificuldade de acreditar que a foto anterior era real, porque eu já não me lembrava que aquilo estava naquele estado. E hoje,...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

... quando eu vou para o centro da cidade, as obras estão por concluir? Estão! Vão ser concluídas? Vão! Mas quem é a pessoa que não gosta de ver o centro da nossa capital no estado em que está, tão lindo? E

vêm dizer-me que não se está a fazer nada! Há dias, ouvi um cidadão, e eu gosto de vez em quando ouvir a voz do povo, que dizia o seguinte: pelo que este Governo está a fazer, eu tenho que felicitar o Primeiro-Ministro. Felicitar, porquê? Porque ele está a lutar contra uma pandemia, está preocupado com a saúde do seu povo, mas também está a realizar obras que são necessárias.

Há dias eu ouvi, aliás, parece-me que esta Moção também diz, que o Governo está a viver daquilo que o outro veio fazendo. Meus senhores, há algum problema? Os senhores não têm noção daquilo que é continuidade do Estado? Nós temos a noção daquilo que é continuidade do Estado. Temos a noção clara disto.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Eu vou pegar na escola de Monte Café. Da maneira como os senhores queriam construir aquela escola, era uma escola do século passado.

Risos do MLSTP/PSD.

A escola actual não se compadece com aquilo que estava lá. Meus senhores, foi necessário o Governo pedir algumas adendas ao projecto.

Por exemplo, vamos pegar na escola Mé Xinhô, meus senhores, vamos ser sérios! Aquela escola padece daquilo que é a própria concepção. Agora este Governo vai ter que olhar para aquilo, tentar remediar e corrigir as coisas mal feitas que os senhores fizeram.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Muito bem!
Risos.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Mas só que nós, como temos noção clara de que estamos aqui para servir, estamos aqui justamente para fazer o melhor que pudermos fazer, vamos continuar a fazer.

Sr. Primeiro-Ministro, pode sempre contar com o nosso apoio, porque nós queremos é que este País se desenvolva realmente.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira**(ADI): — *Pundá cuá cé só?*

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — *Oh, ê çá cuá cé só?*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira**: — Enfim, hoje ninguém me quer cumprimentar, só porque eu introduzi a Moção de Censura. Paciência! Amizade que é amizade...

Uma voz do MLSTP/PSD: — *Ham, foi você?*

Eu fui um dos subscritores, eu tenho que dizer eu.

Doutora, amizade é amizade é!

Bem, Sr. Primeiro-Ministro, eu gosto, nesta Sala, de ouvir as pessoas falar de seriedade. E quando o Deputado, o meu conterrâneo Raúl, começou a falar de coisas sérias...

Uma voz: — Não fale o nome dele!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...eu tenho que falar o nome. Eu não daqueles que mandam recados para o outro, sem citar o nome. Eu assumo.

Quando venho falar da questão de relações, não sei quem falou de Marrocos, meus caros, ninguém pôs em causa a relação com Marrocos. Se está a dizer que melhorou a questão de relações, a nossa imagem exterior, melhorou. Estamos a falar de dois países diferentes. Mas vamos falar de um mesmo país, respeitando a sua perspectiva. Vamos lá a factos. A nossa relação com o Estado angolano, como é que está? Houve uma carta que circulou na República, uma carta falsa, que o Presidente angolano teria assinado. E foi dito pelo Juiz Conselheiro em funções. Na altura, saiu em todas as rádios internacionais. De que país nós estamos a falar? Quem pôs em causa a imagem do País?

Temos um membro do Governo que o Estado angolano demitiu na sua empresa, falo do meu amigo, não está na sala, Ministro das Finanças. E nós o pusemos com o Primeiro-Ministro, para dialogar com o Estado angolano. São pequenas coisas. Estado é Estado.

Quando o senhor diz que as relações estão boas, estão saudáveis...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Mesa, a TVS está cortada.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — A TVS está bloqueada.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — A nossa responsabilidade é que as sessões plenárias sejam transmitidas em directo na Rádio Nacional.

Murmúrios.

TVS, quando tem todos os equipamentos operacionais, faz a transmissão em directo. Podemos procurar saber o que se passa. Normalmente, suspende-se a intervenção, quando a Rádio Nacional interrompe. Se a Rádio está a passar, aquele que quer falar directo para as duas estações, pode suspender, aguardar. Quem quiser falar directamente só para a Rádio, também pode falar.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tenham calma! Só isso já dá pra isto? Isso já dá tanta confusão? É razão para tanto barulho?

Vamos procurar saber a razão da suspensão da transmissão. Mas quero agora repetir que não é obrigatório. Nós discutimos o Orçamento. Quantas vezes fizeram passaram em directo? Vamos ser honestos, vamos ser claros e coerentes!

Pausa.

Bom, o que estão a informar-me é que há um emissor que foi suspenso, San José, o canal 9, mas, o 11 está no ar. Portanto, comunique a pessoa que lhe informou para ver se apanha noutra canal.

Podemos continuar?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Presidente. É democracia!

Como eu ia dizendo, ainda sobre Angola, Sr. Deputado, recentemente, a República irmã de Angola facilitou a entrada de cidadãos de vários países, e São Tomé e Príncipe não consta na lista. Seria bom que o senhor, como apoia o Governo, procurasse perceber o porquê? E aqui estamos a dizer que o Governo está a pôr em causa a imagem do País a nível internacional e as relações entre os parceiros.

Sobre a questão de Marrocos, nós não dissemos que está em causa as relações saudáveis de cooperação com Marrocos. Não foi isso que questionámos. E no nosso documento falámos da questão da nomeação do cônsul. Até porque o Venerando Conselho de Ministros fez marcha atrás. O curioso é que o Venerando Conselho de Ministros decidiu pela suspensão, suspensão é uma palavra que quer dizer que ainda se poderá retomar, o Primeiro-Ministro foi ao órgão de comunicação social, eu segui a sua entrevista, inclusive no fórum RTP-África, dizer que é um assunto fechado. Não, creio que foi na TVS. Foi na TVS, onde disse que o assunto estava encerrado.

Entretanto, Sr. Primeiro-Ministro, por isso falamos de cacofonia, os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros emitiram um comunicado de que o cidadão é idóneo, está tudo normal. Então, quem afinal está a mentir? Há um desrespeito dos serviços, da Ministra em a relação a si, em relação ao Conselho de Ministros? Mas quem, afinal? Em quem nos podemos sustentar? Como é que o senhor justifica essa cacofonia? Isso não põe em causa as relações exteriores? Nós não estamos a inventar. Este é o País real, e estamos a falar de mobilização de parceiros, para nos ajudar em termos de cooperação, para alavancarmos a economia e o País, criação de emprego, sabendo que o Estado tem as limitações que tem. A nossa postura determina a credibilidade junto aos parceiros. E é isso que estamos a reivindicar. E o senhor dizer que esta Moção é de garoto, então o senhor está no outro Estado.

E sobre a questão de futebol, Sr. Primeiro-Ministro, a sua equipa é fraca! E o senhor é mestre, é o treinador. O senhor prometeu ao País, desde Maio de 2019, há cerca de 14 meses, uma remodelação do Governo, não fui eu, mas não o fez até hoje. Quem é o responsável? Quem está a falar sério, afinal? E quem não está a falar sério? Portanto, há rumores que dizem que há ministros que dizem «eu saio, vou para a sua cadeira, Sr. Primeiro-Ministro. Até directores! «Se eu sair, o Governo cai!» Isto é um país sério? Quando nós estamos a apelar à consciência dos Deputados, é isso. Sabemos o número de Deputados que temos, que a Moção vai chumbar, mas queremos demarcar aqui o nosso posicionamento. Cabe às Sras. e aos Srs. Deputados defender a Nação e o povo. E estamos a trazer factos.

Quando o senhor fala da questão de defender com alma, sentido patriótico, esse é um exercício democrático. Estamos aqui a discutir o País. Isto é um sentido patriótico.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não pode descurar disso, independentemente do resultado que surgir no final. Nós não estamos preocupados quanto a isso, mas temos consciência e assumimos a responsabilidade do nosso acto.

Vamos falar um pouco da questão de responsabilidade. O senhor construiu duas pontes e passava na comunicação social duas pontes. Depois da crítica, veio ouvir-se que não, que não são duas, mas sim três. E a ponte que o senhor construiu, na inauguração, que muita gente disse «isto até parece Nova Iorque», com luzes, ficou um bocado bonito, é verdade...

Risos.

Mas o senhor disse que não se circunscreve a uma construção física, também temos que ver a ponte como o estabelecimento da ligação entre as margens, o presente e o futuro; a ligação entre a oposição e o Governo, para nós todos estarmos de mãos dadas, é nova perspectiva. Muito bonito, Sr. Primeiro-Ministro, mas o senhor está a construir a ponte, manda prender, depois julga. É construir a ponte? O senhor está a construir a ponte, manda calar os opositores e não ouve até o seu pai espiritual, o Dr. Manuel Pinto da Costa. Quando o Dr. Manuel Pinto da Costa fez críticas a si e a seu Governo, o senhor veio atacar a oposição. A oposição não fala na Televisão, há quanto tempo? Quando a oposição fala aqui na Televisão, eu faço aqui este reparo...

Murmúrios gerais.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Esteve 4 anos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Faço aqui um reparo e, nesse aspecto, quando o Líder Parlamentar faz elogios, sai na Televisão, quando há crítica, não sai nada, mas o Primeiro-Ministro gosta do contraditório. O contraditório é pôr duas perspectivas diferentes. E nesta matéria, nós temos aulas a dar, somos mestres!

Murmúrios.

Uma voz: — Oh!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira**: — Factos, eu tenho como provar! O ex-líder parlamentar do MLSTP, Dr. Jorge Amado, o Líder Parlamentar do PCD, Danilson Cotú, que está cá hoje, da Coligação, quando criticavam o anterior governo, por mais que fosse pequeno minuto, apareciam na Televisão.

Murmúrios.

Uma voz: — Como?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira**: — Sim, no nosso telejornal. Quantas vezes nós não ouvimos as críticas de 17 milhões, de 30 milhões, na Televisão? Ouvimos, sim senhora!

Risos e murmúrios gerais.

E hoje, eu estou a falar de factos. Podemos ir aos registos da Televisão nacional.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, eu sinto-me muito feliz e à-vontade em falar, porque aqui eu trago factos.

Nessa questão de treinador, às vezes, não basta só tirar o jogador do campo. A equipa não arranca mesmo. Às vezes, o problema está no treinador!

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, eu sei que muitos colegas meus querem falar, vamos voltar à questão de liberdade de expressão e de imprensa. É um termo um bocado bonito e, talvez, por ser uma área pela qual tenho alguma afeição, eu dedico-lhe um pouco mais de atenção. Sr. Primeiro-Ministro, é constitucional que todo o cidadão tem o direito de exprimir o seu pensamento. Todo o cidadão, no País ou na diáspora, é são-tomense e senhor, enquanto Primeiro-Ministro, nós dissemos aqui, tem o dever e a obrigação de pensar no bem-estar desse cidadão. Logo, se o senhor quer e pretende atacar a oposição, mandar calar, eu penso que o senhor está num barco errado, está em contramão. Então, não é este Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Jorge, que muita gente diz que é humilde. Viu-se o Primeiro-Ministro, em Bôbô-Forro, não sei, peço a ajuda dos Deputados, não se sabe se entrou em transe, não se sabe se tomou santo, ou se montou. Isso ninguém entendeu.

É verdade, os meus colegas estão a dizer tempo, é verdade, estou como um boneco dado corda...

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Sim, é energia, né? Quando me ponho a falar...

Vê-se um primeiro-ministro irreconhecível. A santidade do Primeiro-Ministro foi-se embora, a humildade apagou. O que é que se viu agora? A desfilar o ódio, o rancor, que não se disfarça. Um autêntico cordeiro vestido em pele de lobo, ou melhor, um lobo vestido em pele de cordeiro. Isso sim que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.
Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Vou ser breve, porque na minha Bancada, somos cinco e só temos 11 minutos. Então, eu terei que deixar a oportunidade para o outro deputado.

Sr. Presidente, povo de São Tomé e Príncipe, até agora, neste momento, não sei o que é que o são-tomense quer. Sinceramente! Mas digo com toda a certeza, só tenho pena das pessoas que não têm como. Tenho pena deste povo que enfrenta o desemprego, que enfrenta dificuldades, que labutou desde 1975 e que usufrui um salário de 600 000 dobras. Os políticos só estão para enganar o povo, não ajudam em nada para a construção deste País.

Risos do ADI.

Estou a falar da oposição.

Risos do ADI.

Entendam, vocês não são políticos? Eu estou a falar para todos!

Murmúrios

Oiçam! Eu quero dizer que o são-tomense tem que saber estar no poder também na oposição.

Uma voz: — Muito bem.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — O orgulho é demais!
Bom, falaram aqui da agricultura, estou dentro e posso explicar no lugar do Governo.

Murmúrios do ADI.

A SOTOCÃO não pode mandar no Governo. Não pode deixar de comprar o cacau, bruscamente, sem dar ao Governo alguma satisfação. Isso é campanha para derrubar este Governo. Durante o ano de 2018, a SOTOCÃO comprou o cacau sem parar, mas há jogo político contra este Governo.

Meus senhores, tenho pouco tempo, mas gostaria de acrescentar que, em 15 de Janeiro de 2018, aquando da eleição dos juizes para o Tribunal Constitucional, eu não quero passar mais por uma tal situação, passei muito mal, fiquei impressionado. Se não tivéssemos sorte, teríamos morrido. Era uma ditadura completa.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Em 4 de Maio de 2018, aprovação do projecto de lei de nomeação excepcional de Juizes pra o Supremo Tribunal de Justiça, foi a mesma coisa. Foi uma ditadura completa!

Meus senhores, é preciso saber estar na oposição. Deixem o Governo trabalhar durante 4 anos! Vocês trabalharam 4 anos, meus senhores!

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD) : — E não fizeram nada!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Deixem de injustiça! Deixem o Governo trabalhar durante 4 anos. O povo é que vai resolver o problema, meus senhores! Não são vocês, pá! Querem derrubar um governo de 1 ano e 5 meses? É triste! Ambição do poder.

Obrigado, fico por aqui.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Protesto à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Protestar contra a Mesa?

Murmúrios.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, o meu protesto, neste momento, é única e exclusivamente pela transmissão da Rádio e da TVS.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD) : — De novo?

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Outra vez?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Neste momento, a Rádio está a funcionar, segundo informações, mas a TVS não. A minha pergunta à Mesa é: não querem que a diáspora escute o que estamos aqui a discutir?

Murmúrios.

Quero aqui fazer uma chamada de atenção. Se os senhores pensam que nós queremos sair na Televisão, não! Na minha óptica, cada deputado que aqui intervir, há um grupo de são-tomenses que ganha alguma coisa. Mesmo o deputado que não tem muito conhecimento, quando vem para aqui intervir, há alguma coisa que passa para o cidadão. Se pensam que estão a nos prejudicar, não, estão a prejudicar o País, porque os nossos concidadãos vão ficar mais atrasados ainda, se não conseguirem aprender com as pessoas que aqui estão, os Deputados.

A nossa democracia vai estar em risco, a classe política vai cair muito e o País vai ficar atrasado. Por isso, nós aqui ganhamos para fazer política. Para nós não importa se saiu na TVS ou não, mas é o dinheiro do povo que nos paga e o povo precisa aprender connosco. Reponha, se faz favor, Sr. Presidente, a TVS, para que todo mundo, todo são-tomense, em todo o canto do mundo, possa escutar-nos, ouvir o contraditório, nesta Casa Parlamentar.

A intervenção do Sr. Primeiro-Ministro foi passada, as dos outros Deputados foram passadas, e agora, para podermos debater o contraditório, a TVS cai. Por que força de água, Sr. Presidente? Ponha ordem nisso, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Bom, eu penso que isto é uma meia culpa, *fait divers*, porque não há qualquer lógica. A sessão está a ser transmitida em directo pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da Assembleia Nacional, está a passar em directo...

Murmúrios.

Os senhores querem ouvir, ou não querem ouvir?

Murmúrios.

Posso dar-lhe a palavra?

É que parece que as pessoas estão muito tensas, não sei porquê.

Murmúrios.

Uma Voz: — Enquanto o Deputado falava, já estava a passar na TVS. Tudo o que ele falou...

O Sr. **Presidente**: — Tudo o que o Sr. Deputado falou estava a passar na TVS.

Umaz vozes do ADI: — Agora sim, agora!

O Sr. **Presidente**: — Quando o senhor estava aqui a falar, a fazer protesto, estava a passar em directo. Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação, Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, boa tarde.

Sr. Presidente, antes de começar, gostava que o senhor fizesse um apelo às Sras. e Srs. Deputados, para que no respeito ainda das orientações da OMS e do Governo utilizem as máscaras, como forma de dar exemplo. Utilizar correctamente.

Gostava, de igual modo, e antes de começar, de pedir sinceramente ao nosso Deus Criador, para que baixe o seu Espírito Santo aqui, para que estejamos calmos e possamos contribuir para o crescimento do nosso país, num clima de paz.

Excelências, eu confesso que fui anotando uma série de coisas para falar, não sei se o tempo há-de compadecer comigo, mas alguns aspectos têm que ser ditos. Como eu disse, vou fazer o contraditório, para reforçar a diversidade, mas fica sempre o apelo à união.

Dois aspectos que nós temos que tirar como ilação, em relação a este debate de hoje de moção se censura.

Primeiro e ao contrario daquilo que se tenta passar, temos o sinal claro do contraditório democrático nesta Casa Parlamentar, consequentemente no nosso país. Estamos a discutir uma moção de censura, apresentada pela oposição, com a presença do Chefe do Governo. E se eu digo isto, eu quero lembrar, sim, porque eu sou sempre ligado, e eu falo sempre disto, sou muito bom aluno na história, com o perdão da falta de modéstia.

Em 2012, houve um pedido de debate de moção de censura, cujo responsável ou chefe de governo viajou no mesmo dia, não respeitando a Assembleia Nacional.

Não se esqueçam, para quem está lá em casa, que a Assembleia fiscaliza o Governo, e quando a Assembleia chama, o Governo tem que vir. É primeiro aspecto.

O segundo aspecto, e aí alguns colegas Deputados não de me desculpar, e não falo para todos, mas tenho que dizer assim, este debate traz-me a certeza de que alguns na nossa oposição estão doentes. Estão doentes, carecendo com alguma urgência de uma intervenção oftalmológica, porque estão a ter dificuldades em enxergar e pensar racionalmente, trazendo contribuições solidas e concretas para o bem-estar deste povo.

Eu gostava, Sr. Primeiro-Ministro, de lembrar aqui, eu até gosto bastante deste cantor, Leo Boca Copo. Há uma música em que ele aconselha: «*flá laçón, zaó chê ni ké*». Esse é conselho para si, porque eu fiquei com a sensação, é verdade que é o Líder do Governo, mas eu senti um destilar de veneno direccionado para si. Sr. Primeiro-Ministro, atenção a isto.

Outro aspecto importante, e agora eu gostava de dizer, quem quiser anotar para vir me responder que o faça, tem a ver com a questão que disseram aqui, falando da humildade. Sr. Primeiro-Ministro, o senhor é muito humilde. Nestes 22 meses de governação, o senhor já veio a esta Assembleia Nacional 10 vezes. *Déchi*».

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

Sinal de que o senhor é humilde e, acima de tudo, respeita as leis da nossa República.

Eu não gostava de citar nomes e nem vou citar, mas para quem é Deputado e vem da legislatura passada, sabe em 4 anos quantas vezes veio à Assembleia Nacional o então chefe do governo. Sinal de que o senhor está no bom caminho, Sr. Primeiro Ministro. Acredite que tudo que estão a tentar montar contra si, o propósito é fazê-lo desacelerar. Não entre nisto! Foco, aperte a marcha!

Eu gostava, sinceramente, que o povo pensasse onde é que está a humildade do ADI e a sua responsabilidade para com este país. Sabendo que o ADI não teve e não tem prática, ao menos, de fazer a passagem de pastas, para que o outro governo dê sequência aos projectos do País.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

Falar de humildade, falar de falta de responsabilidade, é no mínimo uma miopia, como já disse aqui outro Deputado!

Vamos acordar, meus senhores! O Deputado Felisberto disse e bem, «*poder por poder*», não é isso? Vamos devagar, quem julga é o povo!

Eu gostava ainda, e o tempo está sendo mau comigo, vou ser rápido.

O Sr. **Aérton do Rosário**: — Não se preocupe com o tempo.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Muito obrigado.

Eu gostaria de destacar um outro aspecto. Falou-se da credibilidade do Governo. Sras. e Srs. Deputados, povo de São e Príncipe, um governo credível é aquele que consegue ter Parcerias internacionais sólidas sim, é aquele governo que conseguiu mobilizar do Banco mundial 13.5 milhões de dólares, é aquele que conseguiu, pela sua credibilidade e pela primeira vez na história do nosso país, mobilizar do BADE 17 milhões dólares. É credibilidade, porque se não fosse um governo credível, essas instituições não apoiariam. Tem-se que dizer isto.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — COMPRAN.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Caso COMPRAN, muito obrigado. Nunca houve um outro Ministro da Agricultura que conseguiu, em tão curto espaço de tempo, mobilizar um projecto dessa envergadura e com impacto tão forte para a vida do País.

Uma voz do ADI: — Oh, credo!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — FMI, donativo 12.300.000,00.

Uma voz: — Crédito de Covid.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — É um crédito, desculpem. Donativo é de 3.820.000,00.

Eu vou parar, mas apelo-vos, sinceramente, vamos fazer o contraditório, mas com os pés assentes no chão. Façamos a introspecção. Vamos olhar para nós próprios e tentar de alguma forma saber qual é a efectiva contribuição que poderemos dar para a nossa República, para o nosso povo.

Muito obrigado.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar da Coligação.
Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos que acompanham os Ministros, Excelentíssimo povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia e que a paz de Cristo esteja connosco, pois o momento exige.

Vozes: — Amém.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, alguém me perguntou, quando eu vinha para a Assembleia «mas o que é essa coisa de moção de censura? É já um mais velho, e o outro respondeu: «*Quá sé sá unwa nocentxi cu chimiá gumbá zau lependê. É esca dá campo fogô pe pô chimiá manjoca. Cumá estlesson dá chon, gumbá ná scá cabá ni chon fá*». O sereno que caiu é quê? Nós vimos que a comunicação social, da maneira como estava, hoje melhorou bastante. Os nossos técnicos que trabalhavam muito e não tinham hora extra, hoje têm, graças a Deus. Conhecemos a situação em que estava a Rádio Nacional. Obras feitas, inauguradas, tudo está lá bonito, têm equipamentos, têm carros prontos para trabalhar. São ganhos, naturalmente. E também devemos parabenizar por isso.

Como o Sr. Primeiro-Ministro disse, quem critica tem que ter a capacidade de elogiar. Gostaria que também a oposição tivesse alguma atenção a isto. O Governo também tem feito várias acções, para melhorar a situação do povo, mas nós podíamos dizer: «*lá nón lutá unwa vê zá, pá nón xé ni baçu món colono, quá cú bila tê lutá di nón cú nón*». Se em 1975 nós conseguimos unir-nos para travar um regime que não valia a pena, conseguimos unir as forças, por que não agora juntarmos as ideias, para melhorar a nossa situação, pensar no nosso povo?

É preciso unirmo-nos agora, para pôr fim a esse egocentrismo exacerbado, pois é ele que está a dar cabo de nós. Egocentrismo exacerbado.

Os jovens esperam melhor de nós, os Deputados. Esperam que consigamos traçar políticas e apoiar o Governo, para que esta juventude tenha dias melhores. Não simplesmente moção de censura, não confusões desnecessárias, coisas que em nada vão ajudar-nos.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, para fechar, quero dizer-lhe uma palavra bíblica: Jesus disse aos seus discípulos «*no mundo tereis aflições, mas tendes bom ânimo, pois eu venci o mundo. E tudo quanto eu fiz, vós podereis fazer, se acreditares e se tiveres amor ao irmão*».

Nós acreditamos em si, o povo de São Tomé conta consigo!

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.
Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados: Antes de começar esta minha intervenção, espero que me compreendam, gostaria de pedir antecipadamente que, independentemente daquilo que eu disser, não batam palmas. Há uns que não podem bater palmas e há outros, se baterem, vão dizer que eu estou comprado. Por isso, gostaria de pedir que, em vez de baterem palmas, que escutem com atenção, se quiserem ouvir aquilo que eu tenho para dizer.

Eu vou fazer a minha intervenção em duas partes, uma primeira, porque a reunião plenária que tivemos anteriormente, por ser na especialidade, não me permitiu fazer aquela intervenção, mas aproveitei e vou fazer uma transição para aqui, já que também tem a ver com tudo isso que estamos aqui hoje a discutir. E essa primeira parte vou caricaturar. Imaginemos uma família pobre, por várias razões, com muitos filhos dentro de casa, 20 filhos, à volta tem outras casas, vizinhos mais ricos, com melhores condições, que vêem a aflição dessa família e tentam ajudar, para orçamento familiar daquela família mensal ou anual, e dão, cada um vai dando aquilo que poder dar, quem dá 20, quem dá 30, quem dá para a escola, todos os 20 filhos, para alimentação, para a saúde, etc., etc., etc.

Naquela família, há já filhos adultos, uns são responsáveis dumas áreas da vida familiar, maioria são crianças e assim vai a vida dessa família. Quase todo dinheiro da família vem dos vizinhos à volta, a casa só Deus sabe como é que está, esburacada por todos os cantos. A chuva, quando cai, molha toda gente. A família está a sofrer de várias doenças, os filhos não conseguem ir para a escola sem ajuda dos vizinhos, não conseguem se alimentar sem a ajuda dos vizinhos.

Quando às vezes um vizinho dá algum dinheiro lá para casa, os mais velhos que tinham responsabilidade ainda desviam esse dinheiro, para ir fazer coisas fora, que não têm nada a ver com a casa e com a família.

Algumas pessoas daquelas famílias vizinhas, quando dão algum dinheiro, os responsáveis daquela família ainda combinam com algumas daquelas pessoas, para ao invés de substituir uma tábua da casa que está podre, tábua de soalho, diz: «*não gasta esse dinheiro todo. Em vez de comprar uma tábua de soalho resistente, rija, para aguentar muitos anos, a gente põe madeira branca só, pinta, pinta, pinta e, pronto, é soalho*». Daqui a 1 ano a casa estará toda estragada. É assim aquela família. O pior de tudo é que àquela família não se entende sobre a gestão daquilo que nem é seu. E naquela discussão sobre aquilo que vão fazer com o dinheiro que recebem, é o barulho que os vizinhos estão todos os dia a ouvir.

Assim está o nosso país. Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, caras e caros Deputados, assim está São Tomé e Príncipe. Feliz ou infelizmente, eu também faço parte obviamente, como membro daquela família. Logo, isso para dizer que andamos aqui, eu nem participei, tira daqui, porque mete aqui, e estamos nisso todos os anos, parece até um ritual de *tchiloli*, desculpe a expressão, sem ofensas nenhuma, porque o meu quarto precisa de uma cama melhor, porque o meu quarto precisa daquilo, depois nem há dinheiro para tudo isso.

Por isso, nós andamos aqui a fazer, o Sr. Ministro das Finanças não me deixa mentir, ele tem experiência, já está nisso há algum tempo. Durante muitos anos fui Assessor Jurídico de dois Ministros das Finanças e dois primeiros-ministros nesta República. Logo, eu já sei que essas coisas que nós andamos aqui a fazer não dá em nada. Na execução, zero. Porquê? Porque o Governo nem tem dinheiro, depois os vizinhos vão ter que dar algum dinheiro, e durante a execução os problemas são tantos naquela casa, que depois o Ministro das Finanças fica lá a ver, é melhor aqui, isso é urgente, depois isso aconteceu, tapa buraco daqui, tapa buraco de lá, é verdade que às vezes coincide com aquilo que se discutiu aqui para aquele distrito, para aquele quarto, para aquela cama, etc. etc., mas na maioria das vezes não é porque os Deputados decidiram tirar a rubrica daqui, tira esse valor aqui e pôr lá, não, nós sabemos que não. Quem já foi Ministro aqui, também há Deputados que já foram Ministro, sabe que não é isso que acontece. Então, é preciso dar a volta a tudo isto.

Dou a volta àquilo que estou a dizer, entrando na segunda parte da minha intervenção. Quando usei da palavra na discussão do orçamento rectificativo na generalidade, havia dito que devemos ter presente que estamos num momento especial, como todo os outros países, não é só São Tomé e Príncipe, e é um momento pandémico. Saímos do estado de emergência e entramos no estado de calamidade, e ainda ontem ouvi o Sr. Ministro dizer que se vai prologar para mais 15 dias o estado de calamidade. A legislatura ainda não terminou e nem vai terminar daqui há 2 meses, e é verdade que também não sabemos por quanto tempo vai durar a situação da pandemia, mas o que é importante é termos presente em que momento nós estamos a viver e, como são-tomenses, ir vendo o que está a acontecer noutros países também, para analisarmos e andarmos também no nosso país.

Eu sou advogado de profissão e jurista de formação. A moção de censura é de facto um instrumento democrático, constitucionalmente consagrado, mas é daqueles instrumentos a que não se deve, na minha humilde opinião, recorrer de qualquer forma e em qualquer momento. Se eu digo isso hoje aqui, também o disse em 2012, eu sou coerente, eu lutei contra a moção de censura de 2012. Eu lutei, todo povo sabe e também há registo. Gritei, defendi, advoguei que se estava a cometer um erro.

Nós temos outros países de que gostamos de ir buscar exemplos. Cabo Verde, país africano como nós, Portugal outro país que normalmente é a nossa referência. Naqueles países também há democracia, há poder e oposição, aqueles países também vivem o momento pandémico, naqueles países também a oposição luta pelo poder e quer ir ao poder, todos os dias. Quem acompanha a vida política de Cabo Verde e em Portugal sabe que também têm esse instrumento, que é a moção de censura e a moção de confiança, constitucionalmente consagrados.

É verdade que a comparação pode parecer um pouco exacerbada, mas eu vejo esses instrumentos, principalmente a moção de censura, como aqueles botões que as grandes potências têm, de bomba atómica, mas é um instrumento que têm também para usar, é um instrumento que está lá. Podem carregar o botão a qualquer momento, mas o efeito, a consequência pode repercutir-se na própria pessoa que carregou o botão. Por isso é que não pode ser um instrumento para se recorrer, como os outros países não recorrem, mas também têm lá oposição.

Se uso da palavra aqui sobre isso, é para todos nós reflectirmos naquilo que estamos a fazer, independentemente de sermos oposição ou poder. Eu já fui poder, já fui oposição, já votei, já fiz campanha, já fiz muita coisa, todo mundo sabe, todo mundo conhece Levy Nazaré. Não é hoje que deixaram de conhecer, é o mesmo, não mudou.

Sr. Ministro Wuando, com a sua permissão, vou aqui fazer-lhe uma crítica directa. A moção de censura, como disse ontem, e eu vi no telejornal, é um instrumento que a oposição pode usar, e usou, está no seu direito, é legítimo, o senhor esteve bem quando referiu-se a isso, mas não esteve bem quando interferiu-se nos assuntos que não lhe dizem respeito. As questões internas do ADI não lhe dizem respeito. O senhor não tinha que falar sobre o problema interno do ADI. O ADI resolve, e tem condições para resolver os seus problemas. E aí deste Governo se o ADI resolver os seus problemas internos! Eu estou à vontade para dizer isso, porquê? Porque o ADI é uma máquina. Eu falo com conhecimento de causa, eu sei o que estou a dizer, o ADI é uma máquina!

Uma voz do MLSTP/PSD: — Qual é o problema da máquina?

Risos do MLSTP/PSD.

Só que infelizmente essa máquina foi enfraquecida, foi desmontada, por razões que a própria razão desconhece, mas eu espero que para o bem da nossa democracia e para o bem do nosso país, porque o Governo precisa de uma oposição à altura, forte, e não estou a dizer isso hoje só, já o disse várias vezes, quando ADI era poder, na plenária. Um país que tem uma oposição fraca, enfraquece o governo. Eu disse no passado e volto a dizer hoje. Em democracia, o poder pertence ao povo. É aquilo que se diz, e é verdade. Então, devemos, na minha humilde opinião, respeitar mais o povo de São Tomé e Príncipe, devemos escutar com atenção aquilo que o nosso povo nos diz. Muitas vezes, sem querer ser directo, nos dizem coisas. O povo diz coisas a nós que somos dirigentes. E há uma frase que o povo tem usado nos últimos tempo, nos últimos meses e que deveríamos dar um pouco mais de atenção. Qual é a frase? *Ontá ocê bom?*

Risos.

Oposição, *ontá ocê bom?* Governo, *ontá ocê bom?* Você também que está a falar, Levy Nazaré, *ontá ocê bom?* Então, humildemente, temos que reconhecer a nossa insignificância, a nossa incapacidade, espelhada de uma forma clara nos resultados desses 45 anos da nossa independência. Temos que humildemente reconhecer.

Uns já passaram, outros que governaram o País já morreram, etc., somos nós agora, a nossa geração também há de passar, virá outra geração, mas será que, em 45 anos de independência, estamos de facto a trabalhar para este povo? Honestamente, cada um conscientemente, estamos a fazer o nosso devido trabalho para este povo, para este país?

É com esta frase, *ontá ocês todos bons*, que termino esta minha intervenção.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Anaydi dos Prazeres.

A Sra. **Anaydi Ferreira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha intervenção é na área da Saúde. Gostaria de saber como tem sido a contagem dos testes positivos da Covid-19? Através do teste rápido ou através do teste PCR? Isto porque a pessoa está com sintomas de Covid-19, vai ao hospital, faz um teste rápido e acusa positivo. Ela vai para casa, sem nenhuma assistência médica e sem nenhum medicamento. Passando 2 a 3 dias, volta a fazer o teste PCR e dá negativo. Será que esse caso é contado como caso recuperado?

A segunda preocupação tem a ver com os doentes que são deslocados a Lisboa para tratamento. Saem daqui com uma doença, chegam lá, fazem o diagnóstico e acusa outra doença. Quando o doente regressa a São Tomé com o relatório médico a explicar a doença que tem e que tem que regressar para fazer o acompanhamento de um câncer, ela vai ao hospital e dizem a ela que não lhe podem dar a junta, porque o câncer é benigno. Só quando é maligno é que a pessoa pode viajar. Será que isso é correcto? Se a pessoa já descobriu a doença lá, já começou o tratamento e só veio buscar a junta médica para o seguimento do tratamento anual, para estancar a doença, como que aqui diz que a pessoa não pode viajar, porque ainda não é cancro maligno. Até hoje estou com dúvida. Queremos ver a pessoa de saúde ou não?

Neste sentido, há uma pessoa em situação de inoperância em Lisboa, porque o câncer já avançou, está maligno, a pessoa já não anda, está de cama. Eu temo, porque também tenho alguém aqui nessa situação, para não acontecer o mesmo.

Se o objectivo da Saúde é recuperar vidas, então façamos pela vida. Como se diz na língua do Príncipe: *«uma sá povia banco, pópé fica fá. Ózê quimé, bamu nhé falá có pé»*.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Caras Deputadas, Caros Deputados, Srs. Técnicos, boa tarde.

Antes de entrar na minha intervenção, permita-me, Sr. Presidente, aproveitar este momento para manifestar o meu agradecimento, pelo voto de pesar que foi emitido nesta Casa Parlamentar, pela iniciativa do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, em nome do meu irmão Lúcio Costa, que foi deputado desta Casa Parlamentar.

Passando agora à minha intervenção, porque ouvi alguns versos, em que o Sr. Primeiro-Ministro é especialista, então gostaria de dizer ao senhor, quando dizia na sua intervenção que *«n'gué cu cá dévê Dêçu, só cá págá demónó»*, não pagar os honorários das pessoas na reforma, os ex-funcionários do INDES, também é um grande pecado, principalmente na situação em que estamos. As pessoas trabalharam durante muito tempo no INDES, neste momento são 10 funcionários que estão com muitas dificuldades, alguns estão a viver na extrema pobreza. Sei, tenho aqui documentos, não estou a inventar, não gosto de inventar, do venerando Conselho de Ministros, uma decisão que saiu do vosso Conselho de Ministros, em

que diz: «O Governo orientou o Ministro das Finanças e o Ministro do Trabalho, no sentido de se debruçarem sobre esses aspectos,...» tenho aqui, não inventei.

Existem funcionários que se encontram em extrema pobreza, sobrevivendo da vontade de muita gente.

Sr. Primeiro-Ministro, se é o Primeiro-Ministro de São Tomé, então, não pode haver separação, não pode haver filho e enteado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, antes, uma meia culpa.

Primeiro, para felicitar todo o pessoal da linha da frente, que temos estado cá a falar com frequência. Falamos com muita frequência do pessoal da Saúde, mas na linha da frente tem também outros. Portanto, em meu nome pessoal, em nome do meu glorioso MLSTP/PSD, em que com orgulho milito, em nome da minha Bancada, que integro com muito prazer e afincio, felicito a todo o pessoal de Saúde, de uma ponta a outra, de cima a baixo, mas também ao pessoal da comunicação social, que permanentemente nos garantem toda a informação sobre o evoluir ou não, sobre o andamento ou não da pandemia; todo o pessoal da Força de Defesa e Segurança, que bastante tem contribuído, com altos e baixos normais, para que hoje possamos ter a situação pandémica no estado em que está.

Feito este reparo, passemos ao assunto.

Quando tomei conhecimento da moção de censura e do seu conteúdo, estava de certo que de verdade faltava lá muita coisa, e ficou provado, porque a intervenção do Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do ADI trouxe muito mais condimentos. Mas o que quero dizer com isso? Quero dizer que precisamos de gostar de São Tomé e Príncipe. Não podemos advogar com um erro do passado e voltar a cometer outro erro. Não. Independentemente de todo o direito que assiste um grupo parlamentar, um conjunto de Deputados entrar com uma moção de censura, precisamos de gostar de São Tomé e Príncipe. Não podemos gostar de São Tomé e Príncipe e ao mesmo tempo provocar instabilidade. Isto não é gostar de São Tomé e Príncipe. Isto é gostar de tudo, menos de São Tomé e Príncipe.

Fico muito mais satisfeito, porque fui antecedido por três ou quatro Deputados, que falaram aqui de coisas incríveis, bonitas e boas, que não vou repisar, os Srs. Deputados Danilson Cotú, Raúl Cardoso e Levy Nazaré.

O grande problema que temos hoje é que as pessoas estão perturbadas, preocupadas. Este Governo, liderado pelo Sr. Dr. Jorge Bom Jesus, inspira confiança aos parceiros multilaterais e bilaterais, e isto tira sono a muita gente. Este Governo optou por abrir o País ao mundo, em números. Não é por acaso que os parceiros estão a aumentar consideravelmente o relacionamento financeiro, a colaboração financeira com São Tomé e Príncipe, não é por acaso, não caiu do céu. Tem a ver com o modelo de gestão que este Governo está a implementar, e isto tira sono a muita gente.

Ontem, o Sr. Presidente da República referiu-se ao consenso, em vídeo-conferência, numa reunião que teve com outros 10 presidentes aqui da região. Precisamos de consenso na região, mas antes precisamos de consenso aqui dentro. Adorei ouvir essas palavras do Sr. Presidente. Temos que andar para o consenso. Se todos aprendemos a gostar de São Tomé e Príncipe, outro caminho não pode ser feito.

Muita gente fica sem sono, sabem por quê também? É que este Governo garante a continuidade de Estado, ao contrário do que muito recentemente acontecia. Não pago o que vi, porque preciso fazer as minhas coisas. Não. Este Governo, em ano e meio, já pagou 7.5 milhões, próximo de 10 milhões de dólares de dívidas do passado, não são destas nossas obras agora, porque está a garantir a continuidade de Estado. Num passado recente, ficava sempre atrás. Está a salvar variadíssimas empresas que estavam à porta da falência, estavam prestes a fechar.

Crescimento económico robusto. Vamos aos números oficiais, credíveis, não produzidos por mim, nem manipulados por mim. O PIB, em 2018, taxa de crescimento 2.9, em 2019, 1.3. Perguntem-me, quanto tempo teve o Governo para executar o seu Orçamento? Todos estão lembrados de quando aprovámos o Orçamento de 2019, quando é que ele foi promulgado. É o contrário de um governo que inicia um ano económico com o orçamento em 1 de Janeiro. O orçamento foi promulgado em 17 de Abril de 2019, portanto, não podemos esperar um crescimento de outra dimensão, mas mesmo assim este mesmo Governo, em 2019, teve uma inflação de 7.7 contra uma inflação de 9.0 de 2018. Numa só palavra, isso significa trabalho, e esse trabalho tira sono a muita gente.

Fala-se hoje de que não temos liberdade de expressão, de opinião. Vou dar um exemplo muito simples. Hoje, muita gente diz que a criminalidade está a crescer. Sabem por quê que dizem isto? Porque este Governo elegeu tudo claro, tudo aberto, toda a gente fala e a rádio passa diariamente o resumo de tudo, o que aconteceu em Norte e em Sul. Há pouco tempo, não, isto não era feito. Havia crimes, pode ter aumentado, mas não quer dizer que esta situação que hoje reflecte o relatório que é feito diariamente esteja a crescer de forma exponencial. Não, não.

A grande verdade é tão-somente uma: é que hoje tudo vem a público, tudo é espelhado e, quando assim é, ficamos todos informados. E bem me lembro, numa das nossas sessões no ano passado, uma deputada, nesta Sala, fez referência a isso, e não é deputada da bancada da nova maioria, para refrescar a memória de todos.

Não podemos e não devemos ter hoje a coragem de vir dizer que estão coarctados alguns direitos fundamentais, como o direito a livre expressão, quando de facto nesta legislatura tem existido sim uma

completa abertura, os tratamentos jornalísticos na imprensa perfeitamente normal, pode ter um excesso, também é verdade, mas tem havido, tem existido, tem sido prática a abertura. Não podemos negar isso.

Sr. Primeiro-Ministro, com essas minhas palavras, não quero dizer que no Governo vai tudo a mil maravilhas, não, também não podia ser. Tem altos e baixo, mas continue no caminho certo, no caminho da abertura, porque é isso que tira sono, é isso que perturba. Se não estivéssemos nesse caminho, os nossos parceiros não estariam connosco de mãos dadas. Estariam distanciando-se de nós. Não é por acaso, como disse aqui o Sr. Deputado Danilson Cotú, que num tempo recorde se resolveu o problema do COMPRAM, e por vídeo-conferência. Tudo isso tem um sinal, é a transparência que este Governo está a usar, implementou e elegeu como bandeira. Continue nesse caminho, porque enquanto for assim, vai ter o apoio dos parceiros sim, vai ter o apoio desta maioria que nunca lhe largará nem a sete ventos.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cassandra.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de começar a minha intervenção, falando deste documento, o Programa do XVII Governo Constitucional, que o senhor apresentou em Dezembro de 2018.

Na introdução do documento dizia: «Este facto deve-se sobretudo a repercussão de erros de uma governação cleptocrática, em matéria de natureza económica e social,...», dizia isso e ainda o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco tiveram a desfaçatez de classificar a anterior governação de cleptocrática. Ainda na altura, quando todo mundo sabia da situação de muita gente da nova maioria.

Começo isso assim, porque o senhor apresentou quatro eixos importantes na sua governação e falou de aprofundamento do Estado de Direito Democrático, crescimento económico robusto, melhoria da qualidade de saúde, protecção social, política externa ao serviço do desenvolvimento. E pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, passado esse tempo da sua governação, acha que está a cumprir todo esses requisitos?

Apresentou no seu manifesto eleitoral, vou ler só duas passagens, em que o senhor dizia: «Empresas em falência e aumento desonesto de impostos». Toda a população que lhe deu os 23 Deputados pensou que o senhor viria de facto baixar todos impostos. Aqui, numa das passagens, disse: «A violação da Constituição e ataque aos Tribunais virou regra. O abuso de poder de uma maioria que ataca e altera tudo para favorecer o seu partido».

Sr. Primeiro-Ministro, hoje o senhor acha que a Justiça está a funcionar? Acha que estamos no bom caminho, em termos democráticos, para salvar a democracia deste país?

Sr. Primeiro-Ministro, há muito nepotismo actualmente no nosso país. Como responde a essa questão? Em todo o sector do Estado há nepotismo, nos Tribunais, de cabeça aos pés, famílias e familiares, primos. Acha que a Justiça consegue funcionar assim?

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Só agora?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — A minha intervenção e a nossa moção vem sobretudo por alguns aspectos irónicos maliciosos, alguns erros crassos que o senhor cometeu durante a sua governação até então, e vou aqui citar alguns: a insubordinação, a desconsideração, o desacato que o senhor teve perante o Presidente da República. Ultimamente, no balanço do estado de emergência Covid-19, o Sr. Presidente da República teria feito inúmeras perguntas ao Governo como Chefe do Governo, mas até hoje a população não escutou nenhuma resposta. Uma acção desenfreada do vosso Governo perante a sociedade.

Sr. Primeiro-Ministro, a Região Autónoma do Príncipe sofre e muito mais com a situação económica que o País vive hoje, e há um ditado que dizem ali entre os membros do seu elenco que «os camaradas comem tudo». Pergunto-lhe, o Governo Central quer comer tudo, não quer dar nada à Região Autónoma do Príncipe? Há muitos problemas na Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — A Região está a comer tudo.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Crescimento económico robusto, Sr. Primeiro-Ministro, um coisa robusta é forte, vigorosa, firme.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Está a crescer.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, até hoje o senhor não nos deu sinais desse crescimento robusto, e para que não fique que vim aqui dizer aquilo que o Sr. Deputado Levy disse, já digo que é caso para dizer, Sr. Primeiro-Ministro, *ontá o senhor bom?* Desculpe a expressão do nosso populismo, que fará parte da nossa cultura, quem sabe no futuro. Pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro, *ontá senhor bom?*

O Sr. Primeiro-Ministro prometeu baixar os impostos e só aumentou impostos. Tentou baixar e depois aumentou escandalosamente.

O sector privado já estava em decadência com a sua governação, com a Covid-19 pior ainda.

A corrupção entrou agora na via de auto-estrada e temos fontes fidedignas, temos documentos que podem provar.

Aumento salarial na função pública. O ADI fez o aumento em 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017, em toda a função pública.

Aplausos do ADI.

Protestos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Governo do ADI está registado, ao contrário do que o senhor faz, dando o salário aos funcionários públicos aos 45 dias. O mais caricato é que atribui toda a responsabilidade de juros bancários aos funcionários públicos. Estes é que assumem todas as despesas do banco, porque a renda cai em vinte e tal, 30 e o senhor paga o salário muito mais tarde. Então, quem está a pagar os juros hoje em dia são os funcionários públicos.

Vejo muitos deputados virem aqui vangloriar-se que o Governo nunca foi ao banco pedir empréstimo para pagar salários. Pois claro. O Governo não foi, porque atribui essa responsabilidade, esse ónus à população. Os funcionários públicos, que já recebem 1000, 1500 dobras e têm que pagar juros, porque têm empréstimos.

Dantes, o Governo do ADI ia ao banco sim, pedir crédito, porque conhecia a responsabilidade e assumia todos esses requisitos. Hoje, o Governo faz ao contrário.

Sr. Primeiro-Ministro, moção de censura sim, porque o País está pior do que estava, e pensei que o senhor viria dar alguma alternativa. Moção de censura, porque há muita coisa acumulada e o tempo é curto, não conseguimos falar tudo. Caso das notas de 200 dobras que os senhores iniciaram governação, dizendo que havia notas de 200 dobras a circular em Portugal. Até hoje zero, nada; caso das notas de cinco dobras, que destruíram, para poderem fazer outras, engrenando na via da corrupção. O caso do Banco RIB não dá direito a moção de censura? O caso do Banco RIB que houve aqui na nossa praça, caso de transgressão de leis do Banco Central, inúmeras coisas, temos documentos, dá direito.

Se tivermos que discutir, não sairemos daqui agora.

Por isso, o senhor deve responder, aqui nesta augusta Assembleia, a este povo e dar uma directriz a este país. O que quer fazer com este país?

Oiço aqui falar em obras, luzes, meus senhores, o Governo do ADI fez obras em todo o canto do País. Na Região Autónoma do Príncipe, o Governo do ADI endividou o País para fazer o mais importante para aquela Região. Em Caué fez obras, em Mé-Zóchi fez obras, fez liceu em Lobata, coisa que em 45 anos não víamos do vosso governo. O único que construiu liceu neste país foi Fradique de Menezes e o Governo do ADI. Acabou.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Gostaria de mais uma vez pedir, e vou fazer sempre isso, a Deus para nos acalmar, porque fica em causa a nossa saúde, o nosso estado emocional pode fazer a tensão disparar, e faz-nos mal.

Pedi, sinceramente, porque há coisas que acho que a gente esquece muito cedo e eu como humano posso também dizer que há coisas que esqueço, só vou lutando para ir sempre acertando.

Sr. Primeiro-Ministro, fique descansado. É verdade que há sim, tem-se que reconhecer, o atraso no pagamento dos salários, mas dizer que é o seu governo o primeiro a fazê-lo, abrenuncia, cruz, credo, é esquecer tudo que é normal.

Atenção Sras. e Srs. Deputados, o povo está a seguir-nos e o povo também não gosta de político que mente, tem que falar verdade. Dizer que é agora e com este Governo que o salário está atrasando, o salário sai dia 45, 50, às vezes dia 60, os senhores sabem! Podem negar, o povo está a ver.

O que mais me preocupa é que não estamos a ter cuidado em termos de separação, em termos de analisar o *timing* para cada coisa. O senhor colocou no seu Programa «crescimento robusto». É verdade que o Sr. Primeiro-Ministro não tem lá varinha mágica para descobrir que em pleno 2020 o mundo iria enfrentar uma pandemia como a Covid-19. O senhor lançou a semente, vamos trabalhando, os resultados hão de vir, mas as pessoas têm que entender que há um *timing* de 4 anos para que se prove o que se conseguiu ou não fazer.

E conhecendo a si, Sr. Primeiro-Ministro, do jeito que o conheço, sei que há-de dizer ao povo: a, b, c, não consegui; d, e, f, consegui, e é assim que deve funcionar, não há nada de errado nisto.

Um aspecto aqui, as pessoas não gostam quando se fala disso, como Deputado, muitos aqui que já estiveram presentes, já fomos chamados para vir à Assembleia Nacional em plena fêria parlamentar, para aprovar um empréstimo, acho que na altura eram 3 milhões do BAD, qualquer coisa assim, mas também nós na Assembleia Nacional já tomámos conhecimento, pela comunicação social, de um famoso empréstimo de 30 milhões.

A lei obriga, é lei, não é minha invenção, que todos os empréstimos, a partir de um determinado montante, têm que ser aprovados pela Assembleia Nacional.

Vozes do ADI: — Qual lei?

A Lei do SAFE obriga. Mas assistimos um governo que passou por cima da Lei, por cima dos Deputados, tomou o seu empréstimo, numa folha pequena, mobilizou o País para este empréstimo, a instituição que o governo de então tratou directamente não é a mesma que desembolsou os tais 10 milhões. A questão é, vai-se pagar a quem? Os juros vão ser pagos a quem, a partir de 2021?

Isso para dizer que as vezes temos que lembrar que quando um dedo aponta para frente, três ou quatro apontam para traz.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (AD): — Sr. Presidente artigo 104.º, protesto.

O Sr. **Presidente**: — Protesto de quê, Sr. Deputado. Não, não vamos...
Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não vim fazer uma longa intervenção, mas não queria deixar para depois, porque não sei quando iríamos ter a próxima reunião plenária e iria ficar um pouco tarde, um pouco descontextualizado.

Gostaria de informar às Sras. e Srs. Deputados, principalmente os meus colegas do PGA, a maior organização parlamentar do mundo, e que São Tomé e Príncipe faz parte. Existe um grupo nacional dos parlamentares de acção global, em que foi eleito Presidente o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

No dia 28, tivemos a feliz notícia de que a Convenção que foi aprovada aqui na Casa Parlamentar, pelas Sras. e Srs. Deputados foi depositada, felizmente, nas Nações Unidas, no dia 28, e aproveito aqui para informar desse árduo trabalho que tivemos, e São Tomé e Príncipe está de parabéns. É o Tratado sobre a não pluriferação de armas.

Aproveito também a presença da Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, que foi a pessoa que abraçou todo esse trabalho árduo que tivemos. Desde a primeira hora nos recebeu no seu Gabinete e colaborou connosco para que São Tomé e Príncipe tivesse esse bom resultado.

Outros trabalhos também foram feitos com o Sr. Ministro da Agricultura, aqui presente, esteve presente em Torremolinos, no ano passado, em Espanha. Espero que essa colaboração entre a Assembleia Nacional e o Governo continue, para continuar a engradecer o nome de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, pela informação. Como vêm, não contamos o tempo, por se tratar de uma informação genérica.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, venho protestar contra a intervenção do meu colega Deputado Líder Parlamentar da Coligação, porque estamos a debater a moção de censura que foi introduzida, a moção de censura contra o XVII Governo. Como o Líder Parlamentar da Coligação não tem argumento para contrariar ou não tem como contra-argumentar, para justificar aquilo que estamos a dizer, está a trazer argumentos do XVI Governo. Penso que o enquadramento não está correcto.

O debate versa-se sobre esta moção e sobre o XVII Governo. O que esperamos do líder Parlamentar é sim: «aquilo que os senhores estão a dizer não corresponde à verdade, porque tais, tais, tais, porque pagam o salário no dia 22, 21, etc., etc., por aí.

Era apenas para situar neste aspecto. Pode vir fazer contraprotesto, mas seja coerente!

O Sr. **Presidente**: — Direito a contraprotesto.
Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Caro Colega Deputado, uma das coisas que o senhor colocou no texto, não sei se é o senhor quem escreveu, ou se lhe deram já feito e o senhor submeteu ao debate de moção de censura, é acusar o Governo de corrupção. E quis apenas mostrar um, apenas um, não quis falar de mais nada, dos casos de corrupção que o senhor tinha a responsabilidade de falar também e não o fez. Simples assim!

Por outro lado, se prestou atenção nas intervenções dos seus companheiros, percebeu que muitos falaram de coisas que não têm a ver com o texto, e uma delas é reputar apenas e exclusivamente a este Governo a responsabilidade dos salários em atraso. Eu quis mostrar, simplesmente, que faltou com a verdade à população são-tomense. Tão simples quanto isto!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Uma Voz do ADI: — *Falou fora do microfone.*

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a debater a moção de censura, vejam o que diz o Regimento. O Primeiro-Ministro responde se bem entender e quiser, tal como os membros do Governo. Não posso exigir que ele vá responder. Se ele pedir a palavra, é-lhe concedida.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, iniciamos um exercício muito interessante, mas o Primeiro-Ministro, que gosta de contraditório, não sai da cadeia. Se calhar está a fazer gestão para o ADI terminar o tempo, depois vir com o seu manchado de guerra arriar por cima, mas não faz mal. O mais importante é que, quando vier, o Sr. Primeiro-Ministro possa responder.

Sobre a Covid-19, Sr. Primeiro-Ministro, e esta foi a razão que nos trouxe para cá, e no dia 30 de dissemos que era necessário aprofundarmos o debate, não só sobre a gestão da Covid, mas o desempenho do Governo, como olhou a pandemia. E as consequências disso são gravíssimas e não poderia sair desta Sala satisfeito se não tocasse nisso.

Quando falamos sobretudo no aspecto de responsabilidade, de credibilidade, Sr. Primeiro-Ministro, temos cá a comunidade internacional, as embaixadas estão cá e pedimos apoio aos nossos parceiros para fazermos face às lacunas que temos, sobretudo no Sector da Saúde, neste caso particular sobre a pandemia. Na Segunda-feira, colocámos a questão, se teria suspenso o decreto que obriga o distanciamento e também o uso de máscaras, o senhor não respondeu. Gostaria aqui que nos brindasse, pelo menos com alguns segundo.

Quando falamos de responsabilidade, meus caros Deputados, o que o Sr. Primeiro-Ministro fez no Mercado de Bobô Forro é de tamanha irresponsabilidade! Quero um são-tomense que diga o contrário aqui, porque o País está no estado de calamidade. Ontem, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares disse que o Governo aconselha ainda o distanciamento social. O Governo aconselha, mas é o Governo que promove. Então, quem está em contra-senso? Isso é um assunto de responsabilidade. Qual adjectivo dar isso?

Sr. Primeiro-Ministro, às vezes, quando estamos aqui a criticar, como disse alguém, não estamos a fazer crítica por criticar, estamos a trazer factos, e é nas pequenas coisas que se conhece o grande homem. Numa luta pandémica, nunca o senhor deveria ter feito o que fez.

Quero dizer aqui que o Sr. Primeiro-Ministro fica responsável por pagar a multa de todos aqueles que estavam sem máscara na carinha a tocar tambor, quando foram para Lembá. Sim, porque a polícia está a passar multas aos cidadãos que não usam máscara. É decreto governamental. Então, o Sr. Primeiro-Ministro tem que ser o primeiro a cumprir. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro contabilizasse e vamos pedir que o senhor pague essas multas.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, só vim aqui, porque quando usei da palavra esqueci-me de alguns pormenores desta moção de censura, e uma delas é quando vejo nesta moção de censura que este Governo se caracteriza por autoritarismo. Sei o que é autoritarismo.

Quando cheguei em São Tomé e Príncipe, em 2016, estava o Governo do ADI no poder. Enquanto professor, tinha que dar aulas aos alunos e tinha que explicar-lhes o que era democracia, tendo em conta a minha área de formação. E muitas vezes fui forçado a tecer críticas a actuação do Governo, e nunca mais me esqueço que havia momentos, alunos a me dizerem: «professor, tenha cuidado». Estava numa sala de aulas. Um belo dia, foram dizer ao meu responsável que fazia política na sala de aulas. Isso não é autoritarismo? Isso é ou não é autoritarismo?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Fazia sim.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Mas faço e vou continuar a fazer política, porque é aquilo que adoro fazer.

Hoje, não posso aceitar virem me dizer que há falta de liberdade de expressão neste país. Durante a anterior governação, as pessoas tinham receio, medo de falar. Hoje vêm me dizer que se tem medo de falar, e o pior, alguém dizia, até mesmo dentro do ADI havia quem tivesse medo de falar. Uma aluna que me dizia, e o pai era deputado da Bancada do ADI, «mesmo o meu pai diz que as coisas vão mal», mas só que eles não podem falar.

Murmúrios do ADI.

Meus senhores, estão perante uma pessoa que, na política, sabem qual é a arma que utiliza? A verdade, a verdade na política.

Quando olho para este documento e vejo aqui que o Sr. Primeiro-Ministro esteve ausente durante 3 meses, ausente de onde? Este Primeiro-Ministro, durante os momentos mais críticos desta pandemia, trabalhou de Segunda a Domingo, de Domingo a Segunda. Ele nunca fugiu à luta. Como é que vão dizer

que esteve ausente? Ausente de onde? Assembleia Nacional? Naquela altura, tínhamos condições para reunir a plenária? Acho que temos que ter cuidado, quando tentamos fundamentar uma moção de censura, não pôr coisas aqui que não correspondem à verdade, porque isto não é verdade.

Por outro lado, falou-se aqui das ausências do Primeiro-Ministro, o Primeiro-Ministro tem dificuldade em vir à Assembleia. Meus senhores, estou aqui documentado. Quantas vezes o anterior Primeiro-Ministro veio a esta Assembleia, durante toda a legislatura? Tenho aqui todos os documentos, meus senhores, foram 10 vezes.

Este Primeiro-Ministro, durante a discussão na especialidade, fez questão de acompanhar o debate sobre o OGE. É isso, meus senhores.

Sr. Primeiro-Ministro, continue com a sua postura, porque todos esses ataques têm um propósito, desviar-lhe do seu caminho.

Vá em frente, Sr. Primeiro-Ministro!

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Vou ser rápido, porque há tanta coisa, povo.

O Sr. Primeiro-Ministro falou aqui que política virou bola de jogo. Só para fazer um reparo, faça jogo limpo e o senhor vai ver que todos os jogadores entram no campo. Não persiga ninguém, através da Justiça, não persiga a família de ninguém e o senhor vai ver que vai ser jogo limpo. Se o senhor ganhar, dar-lhe-ei a mão.

Sabemos que os pequenos agricultores têm dificuldade, há situação de cacau que os agricultores não conseguem vender, o Sr. Primeiro-Ministro tem que partir para essa situação, porque o senhor não está a encontrar saída. Vimos ultimamente que o Governo patrocinou uma verba para a construção de uma chocolateira, quando há outras pessoas a fazerem chocolate aqui e que têm inserido o seu próprio dinheiro. Isso, na nossa opinião, é concorrência desleal.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, ao nível da educação, estamos mal no Príncipe, a educação está péssima. A população pede a presença da Ministra da Educação. Não há um plano educacional. O senhor tem que ir lá com a Ministra da Educação.

Também gostaria de dizer à população que é este mesmo Governo, que hoje está a reclamar a moção de cesura, falou-nos da dívida oculta, dívida oculta e hoje, onde é que está? Não há dívida oculta. Há sim a continuação daquilo que o ADI deixou.

O aparelho de oxigénio na Região Autónoma do Príncipe, Sr. Primeiro-Ministro, se o senhor conseguisse pelo menos mobilizar um aparelho de PCR, para a Região Autónoma do Príncipe, como o governo do ADI fez na Região Autónoma do Príncipe, que hoje o oxigénio sai de lá para o Hospital Central.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Em primeiro lugar, gostaria de falar do INDES. É um processo antigo, mas este Governo, em 1 ano, chamou a si o processo e estamos a fazer tudo para o resolver. E como disse a Deputada, o Conselho de Ministros já orientou para se tratar desse assunto, que já vem de muitos anos, mas em curto espaço de tempo este Governo assumiu este processo, porque estamos agora a trabalhar, juntamente com o Ministro do Trabalho, e de certeza absoluta que vamos chegar a bom termo.

Bom, eu tomei a palavra, porque o meu amigo Abnildo – por acaso, na Bancada do ADI tenho dois amigos, Abnildo e Arlindo Ramos, porque fazemos política na mesma região e nós gostamos de estar no terreno. Primeira coisa, felizmente, eu e o Deputado Abnildo estivemos no Conselho de Administração da ENCO...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Muito bem.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Ele esteve lá?

Murmúrios e ruídos.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — E isso não foi publicitado. Não saiu na comunicação social.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — É isso que dói.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Quero dizer o seguinte: Primeiro, que sou quadro da SONANGOL. Cheguei a São Tomé para chefiar a SONANGOL, e a ENCO sempre teve um representante da SONANGOL. Felizmente, eu sou o primeiro são-tomense, quadro da SONANGOL, a chefiar a SONANGOL. E fiz muitos mandatos dentro da ENCO, mas continuei sendo Director-geral da SONANGOL. Bem, de facto eu sou mesmo uma pedra no sapato. Eu sou forte!

Eu sou muito forte! Não acham que o ADI deveria fazer uma análise, quem falou foi o Líder e eu parto do princípio de que é uma coisa que foi analisada, de um administrador de uma participada, pela história da ENCO, que é o único que saiu na comunicação social, quando foi demitido da ENCO, mas não da SONANGOL São Tomé? Vocês deviam fazer uma análise disso. Não será? Mas como a SONANGOL São Tomé não tem nada a ver com o Estado, eu só deixei, com autorização, para vir ao Governo, porque eu tenho que voltar à minha casa. Só deixei de ser Director-geral, em Dezembro de 2018, porque eu não podia acumular duas funções. É bom ser claro e evidente que Osvaldo Vaz é forte e é homem de luta. É só para dizer isso, porque ele vai continuar a ser sempre forte e do MLSTP/PSD de luta, e vai fazer sempre para que o MLSTP/PSD esteja em cima.

É para isto que eu queria chamar atenção e dizer que sou efectivamente quadro da SONANGOL e que nós do MLSTP/PSD fazemos história. E isso para quem é de Guadalupe, lá no terreno, a camarada Filomena está? Nem o ex-presidente do ADI consegue me superar. Na mesa onde eu voto com esse presidente, eu dou chicote. Mas é chicote é!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

E isso está na história.

O ADI é uma máquina, e eu reconheço aquilo que disse o deputado Levy, mas Osvaldo Vaz não brinca no terreno, e vai continuar, agora mais do que nunca.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou ser muito rápido. Gostaria de ter mais perguntas, por acaso tenho algumas que não são difíceis de responder.

Em relação à Sra. Deputada que havia perguntado o que conta, na nossa contagem, nos nossos boletins, do ponto de vista epidemiológico, o que conta são os testes PCR. Isto é uma orientação internacional. Só utilizamos, se repararem, a contagem através dos testes rápido, quando não tínhamos o laboratório instalado. O laboratório de PCR está instalado, vai aumentar a sua capacidade. Eu enquanto estava sentado, recebi a comunicação, e posso confirmar já, da aquisição dos extractores automático do RNA, do viral, que nos vai permitir realizar mais de 200 testes por dia, o que vai ser muito bom para todos nós.

Os testes rápidos, o que temos estado a utilizar são os de anticorpos, que podem dar três leituras, que são imunoglobulina, IGG e IGM, ou as duas coisas. E aqui entra questões de ordem técnica. E o facto de uma pessoa testar positivo por um teste, pode dar negativo no outro, mas o teste de confirmação é o PCR. Falando de PCR, não sei se têm a dimensão da complexidade de um laboratório de PCR. Estamos a falar de biologia molecular, e há outras formas. Instalado o laboratório, é muito fácil. Ter gente para trabalhar no laboratório é muito mais difícil. E depois há a questão dos custos. Há outras formas e métodos muito mais avançados hoje, que nos permitem aproximar muito dos PCR, sem ter propriamente um laboratório instalado. Estamos a estudar todos esses senários.

Voltando ainda à Região Autónoma do Príncipe, que eu dizia há dias que é um lugar que eu adoro, a central de oxigénio, temos uma em São Tomé e outra na Região Autónoma do Príncipe. O que está a acontecer, a central está a funcionar. As rampas vão para o bloco operatório e para as urgências. O que teve avaria é o chamado Bustel, que é um equipamento que faz o enchimento das botijas. Está seco. Esta a ser negociado a aquisição de um novo, são equipamentos que têm que ser adquiridos nos Estados Unidos, mas há-de chegar. Enquanto isso, sempre que acontece essas situações, enchemos as garrafas na Região Autónoma do Príncipe, para termos o estoque garantido.

Em relação aos doentes, que a Sra. Deputada fez aqui alguma confusão, o que é compreensível, pelo menos desde que estou neste Governo, não tenho nenhuma situação de um doente de seguimento, sobretudo por patologia oncológica, que não tivesse saído. Eu ainda sou profissional de saúde e tenho algum sentido humano. Nenhum doente, isso posso garantir, que tivesse ficado, por algum bloqueio. E tenho a maior serenidade! Eu antes de vir à sessão de hoje, até que cheguei um pouco atrasado, uma das minhas preocupações, logo que recebo os pacotes da junta, a primeira coisa que faço é ler todos e despacho.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente, são essas as situações. E depois, há aquelas situações do doente que vai com uma patologia, é verdade, fazemos a junta inclusivamente a partir da emissão da documentação vinda de lá e emitimos aqui o parecer, para que o doente possa beneficiar no quadro da cooperação e ser atendido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas e Infra-estruturas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais** (Osvaldo Abreu): — Agradeço o Sr. Presidente e também o Primeiro-Ministro, pela oportunidade de fazer alguns esclarecimentos.

Não vou entrar em justificações pontuais, mas sim esclarecer algumas situações que pensamos que o esclarecimento poderá nos ajudar a fazer melhor o nosso trabalho, em prol do nosso país e do nosso povo.

Sr. Presidente, eu começaria por pedir uma ajuda, humildemente, a esta Assembleia, que é a Casa de leis, em relação à nossa Lei 8/2009 – Lei de Licitação e Contratação Pública, no que se refere aos artigos 88.º a 93.º, que falam sobre o ajuste directo. Porquê? No capítulo de ajuste directo, secção VIII, artigos 88.º a 93.º, temos vindo a aplicá-los em diferentes oportunidades e tem havido algumas situações em relação à interpretação desta Lei, especificamente desses pontos. O artigo 88.º diz o seguinte:

«1. O ajuste directo é modalidade de licitação aplicável sempre que se mostra inviável ou inconveniente a contratação em qualquer das outras modalidades de licitação definida no presente regulamento.

2. Ajuste directo é aplicável nas seguintes circunstâncias:», há uma série delas que estão reguladas, e uma delas diz: «Em situação de emergência que possa causar danos irreparáveis ou de difícil reparação ao Estado ou à sociedade em geral...» entre outros comentários que aqui se define.

E no artigo 90.º, que faz referência a deveres do órgão contratante, diz:

1. O órgão contratante deve:

a) Fundamentar a escolha da modalidade,

b) Justificar a escolha do contratado,

c) Verificar a qualificação do fornecedor em caso de fornecimento,

d) Justificar a razoabilidade, repito, justificar a razoabilidade do preço e das condições do fornecimento.

No mesmo artigo, n.º 3 diz: «Na medida do possível, a justificação da razoabilidade do preço será demonstrada por meio de comparação de pelo menos três cotações.» Estamos a falar de uma lei da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Sr. Presidente, eu procurei, nos dicionários, gramaticais e jurídicos, e não sou jurista, a diferença entre cotação e proposta, não vi semelhanças como aquilo que se querem impor ao Governo, neste momento. Fui aos dicionários da língua portuguesa e dicionários jurídico da língua portuguesa. Fui à língua espanhola, que por sorte ou asar é a minha primeira língua, e fui também para a língua inglesa, que é a minha língua de trabalho. Cotação e proposta.

Sr. Presidente, nós estamos a viver num momento de pandemia, e não o escolhemos. E há muitas situações que se nos impõe, como diz o artigo, situações de emergência, e temos que agir, com essas barreiras legais. Sucede que, quando nós tentamos acompanhar rigorosamente a Lei, somos impedidos e nos impõem vontades. Confunde-se cotação com proposta. Na medida do possível, se escolhe três cotações, para ferir a razoabilidade do preço. Os órgãos, e muito bem determinados, que regulam a licitação impõem a apresentação de três propostas, o que automaticamente nos retira da secção VIII e envia-nos para a sessão de contractos ou concursos restritos, que não é a mesma coisa.

Nós estamos conscientes das nossas responsabilidades e nós não vamos fugir, por isso digo que eu não me vou justificar, temos de fazer obras, para responder às circunstâncias. Uma delas foi a ponte, a outra, a Marginal, e haverá eventualmente outras que teremos de responder. Quando apresentam na justificação da Moção de Censura um valor de 400 000 dólares ou euros como o preço para a construção de pontes em São Tomé e Príncipe, eu me pergunto: a noção do custo e do preço em construção civil ficou o quê? Eu sou engenheiro, não sou engenheiro de construção civil, e mesmo na engenharia civil há especialidades como há em outras matérias académicas. Nós devemos ter humildade suficiente para reconhecer quando não temos suficientes argumentos técnicos para colocar números em coisas, para não passarmos vergonha.

Em São Tomé e Príncipe, ao longo da nossa história recente, as pontes que foram reconstruídas não foram as primeiras, portanto, há referências e existem. Nós lidamos com instituições internacionais que têm especialistas que conhecem estas coisas e podemos fazer recurso a elas.

Eu aproveito para fazer um apelo aos meus colegas engenheiros, por favor tirem da gaveta a Ordem dos Engenheiros e Arquitectos, que tanto nos custou, para que esta Assembleia aprovasse. Existe um bastonário e o mês de Dezembro está ali anotado como o momento da nova assembleia da Ordem dos Engenheiros. Teríamos uma instituição pública que poderia ajudar a esclarecer estas coisas.

Sr. Primeiro-Ministro, o que estamos a fazer, estamos perfeitamente conscientes das nossas responsabilidades e das nossas acções. Quando eu me propus a entrar para este Ministério, uma vez mais, enquanto o líder, com a plena consciência de desafio que nós teríamos, porque já lá estava, por 1 ano e 4 meses. Quando me sentei naquela cadeira, eu me perguntava, porque da outra vez não tive tempo suficiente, por quê não se faz quase nada em termos de obras públicas em São Tomé e Príncipe? Por que é que as nossas cidades estão como estão? Por que é que as nossas pontes, as nossas ruas, a nossa marginal, os nossos edifícios, estão como estão? Eu me perguntava, e cedo encontrei a resposta. É isto, há uma tentativa de intimidação, para não se fazer. Um bloqueio para que não se faça. E de facto as pessoas que ficam nesse lugar têm medo. Sentem-se intimidados, porque se mexerem numa peça, são acusadas, se mexerem noutra peça, são ameaçadas, então, é muito cómodo estar ali 2, 3, 4 anos, e não acontece nada.

Sr. Primeiro-Ministro, eu volto a repetir, muito obrigado pela oportunidade que me deu. Não conseguia estar na posição de Ministro das Obras Públicas, convivendo com o estado da nossa capital. Não conseguia. Era como uma espécie de lágrima no canto do olho, como cantou o cantor angolano. A nossa marginal! Tivemos uma ponte com barras de betão durante 20 anos, ao lado da Central Eléctrica, esquecemo-nos dela. 20 anos. E aquela que tivemos o asar de ver roer, que fizemos essa coisinha inicial e colocamos essa barreira, provavelmente ficaria lá também com cunha na boca mais outros 20 anos. Se não tivéssemos a sua liderança, a orientação de dizer-nos façam e a coragem de fazer. Convivemos com a imundice na nossa cidade capital, que não me lembro desde quando. Eu sai de São Tomé em 1986 como pioneiro, não tinha noção. Eu cheguei e até agora a passar por isso, e convivemos com aquilo todos os dias.

Temos que cumprir, é certo, todas as regras e regulamentos e vamos fazê-lo, é verdade, mas nenhuma dessas acusações vai parar-nos e nem vai impedir-nos de continuar a fazer, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Existe um trabalho que está a ser feito pelo Tribunal de Contas, e eu peço aqui deste púlpito ao responsável daquele Tribunal que a isenção é que se quer, é o que se pretende, porque já sabemos das informações que já foram postas a circular, através de elementos daquele Tribunal, porque os dados estão na rua. Já tivemos experiências disso no passado. Há contraditório e há trabalho que tem que ser feito. E nós não vamos admitir caça às bruxas. Portanto, a nossa responsabilidade para com a segurança do nosso povo não é qualquer coisa

que nos possa fazer descansar. Portanto, vamos continuar a trabalhar e podem contar connosco, mesmo com a pandemia. Tomando todo o cuidado necessário, continuaremos a brindar o nosso povo com obras de reconstrução do nosso país.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural** (Francisco Ramos): —Venho aqui para dar alguma informação concernente à retirada da SATOCAO na compra do cacau. É verdade que a SATOCAO foi um dos fortes compradores do cacau, não podemos esconder esta grande verdade. E a saída de SATOCAO trouxe para o País um problema! Muitos agricultores vivem deste produto e hoje encontram-se impedidos de procederem à venda dos seus produtos.

O assunto foi imediatamente colocado em Conselho de Ministros e este orientou os Ministros da Agricultura e do Planeamento e Finanças, para apresentarem uma solução. Imediatamente, fizemos quatro encontros com os nossos compradores nacionais. Três no Ministério da Agricultura e um encontro entre os compradores e os Ministérios da Agricultura e do Planeamento e Finanças. O problema não é porque a SATOCAO saiu da compra. O problema é muito mais grave! O problema é que o cacau transformado está no armazém sem ser vendido. Os compradores têm cacau no armazém sem poderem vender. Não há comprador para o cacau seco. Então, tem-se que trabalhar de uma forma sustentável, porque pode dar o caso de conseguirmos uma solução para os nossos compradores nacionais entrarem no terreno, comprarem e transformarem o cacau em goma em cacau seco, e não terem a possibilidade de vender. Não há solicitação de compra de cacau. Este é que é o problema maior. Estamos a trabalhar de uma forma sustentável, estamos engajados nisso a uma velocidade cruzeiro, para encontrar uma solução sustentável e apresentar ao Governo e, seguidamente, pôr a máquina a funcionar.

Não é a primeira vez que isso acontece. Em meados de 90, o preço do cacau baixou, muitos compradores saíram dessa actividade e tivemos muita produção de cacau estragada. Não é bom! Eis a razão que os anteriores governos trabalharam numa perspectiva de uma produção biológica.

Eu, a partir deste púlpito, gostaria de apelar os produtores de cacau biológico para se fortalecerem, pois nesta fileira de produção não haverá nunca essa situação. Portanto, apelo para cumprirem escrupulosamente as regras de produção biológica, aderirem de uma forma massiva à produção biológica, é uma das formas para evitarmos esta situação que vivemos hoje.

Os nossos compradores nacionais estão descapitalizados. Os compradores estrangeiros estão descapitalizados. Também recorreram ao Governo para uma garantia bancária. Portanto, se nós não pronunciámos isso na comunicação social, não significa que estamos com os braços cruzados, pois a nossa missão é servir e servir significa encontrar soluções para os problemas.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Wuando Castro): — Sr. Presidente, eu vim aqui apenas por uma questão.

Nós, desde o início, temos notado a tentativa de colar os actos de corrupção a este Governo. E agora, vemos que um dos fundamentos da Moção de Censura é exactamente isto. Falam em auto-estrada, que o

Governo abriu auto-estrada da corrupção, inclusive alguns Deputados aqui neste púlpito, hoje, disseram que têm conhecimento de actos de corrupção e têm documentos. Portanto, todos nós temos direitos ao bom nome e à boa imagem, e creio que não podemos continuar sistematicamente a acusar levemente uns e outros de corruptos.

Lanço um desafio aos Srs. Deputados da oposição que, se têm esses documentos, se têm conhecimento, há mecanismos legais para agirem.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Onde é que está o Tribunal?

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Lanço este desafio, que apresentem as respectivas queixas ao Ministério Público, ou então que façam a constituição de comissões parlamentares de inquérito, para investigar qualquer situação que acham passível de corrupção para, de uma vez por todas, deixarem de estar a tratar uns e outros como corruptos, de forma leviana.

Portanto, é este o apelo que eu venho lançar aqui.

Obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Gostaria de dizer que às 14 horas e 30 minutos vamos submeter o texto à votação. Temos ainda tempo para o encerramento e logo a seguir passar à votação.

Tem a palavra a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades** (Elsa Pinto): — Sr. Presidente, com a sua permissão, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, gostaria de saudar as Sras. e os Srs. Deputados. É sempre com redobrado prazer que tomo a palavra nesta Casa Parlamentar, nesta augusta Assembleia, para aferir das questões que têm a ver com o funcionamento e organização do nosso Estado, e muito particularmente hoje vou falar de uma componente da política externa. Mas antes, permitam-me uma nota introdutória.

A política externa é um eixo do nosso Governo, e um país que depende, em 99%, da ajuda externa, de investimento directo público ou privado, deve saber que o Ministério dos Negócios Estrangeiros, apesar de não estar na frente visível, está numa frente invisível e imparável. E nós, hoje, neste debate, quando me falaram que haveria um debate sobre a Moção de Censura, a minha preocupação foi como é que, hoje, São Tomé e Príncipe, as mulheres e os homens do poder, porque a oposição faz parte do arco do poder, visualizamos o futuro deste País, na medida em que haverá sempre o pós Covid, e eu tenho estado, incessantemente, em vídeos conferências, porque agora tudo se faz em vídeos-conferências, e a preocupação é com o futuro. Pensei que viríamos trazer questões de fundo do Estado, para o futuro e que, sobretudo a oposição, discutisse com o Governo as alternativas do futuro, e não meras questões pontuais.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, para deixar ficar à Mesa da Assembleia, porque acho que está em francês e eu não vou gastar o vosso tempo, a mensagem de Sua Excelência o Chefe da Comissão da União Africana, dirigida às mulheres são-tomense e também às mulheres africanas. Está em francês, são duas páginas, mas eu prefiro deixar à Mesa da Assembleia, para que depois se faça chegar a todas as Mulheres, à Rede das Mulheres Parlamentares, esta mensagem, na medida que é um dia também muito importante, sobretudo quando estamos em pandemia. Nós tivemos uma videoconferência entre todas as mulheres líderes e mulheres Ministras de Negócios Estrangeiros e Cooperação e muitas decisões foram tomadas para a recuperação e reposta, no âmbito da Covid, e São Tomé e Príncipe fez parte deste fórum.

Excelência, falar da política externa significa ter uma atitude e sobretudo um sentido de Estado muito profundo, sobretudo quando mencionamos países, quando estamos a falar de entidades que têm a ver com outros países. Eu aqui fiquei muito preocupada com algumas questões que foram colocadas, muito directas, que eu teria me perguntado, será provocação? Será que vamos entrar numa engrenagem, em que pode deixar em muito mãos lençóis o nosso próprio País? Perguntar o Plenário ou ao Governo como é que está a relação com Angola? Eu diria, a relação com Angola está ótima. Está no seu ponto mais alto. Por quê? Porque, no dia 2 de Julho, justamente, apesar da mudança de ministro, houve uma remodelação governamental, tivemos já o diálogo político com as autoridades angolanas, em videoconferência. De um lado, a nossa equipa nacional, do outro lado, a equipa nacional de Angola, passamos em revista todos os aspectos de cooperação com Angola, inclusive a concertação político-diplomática, no âmbito dos fóruns internacionais.

A posição que Angola tomou, por exemplo, nas reuniões que tivemos ao longo desta semana na CEAC, na reforma institucional da CEAC, foi uma posição concertada também com São Tomé e Príncipe e há uma relação bilateral, pessoal, institucional com os vários dirigentes de Angola.

Quando lançam questões desta natureza, podem beliscar uma relação entre os Estados. Não sei qual é essa pretensão, mas apenas para dizer o que é ganhamos. Ganhamos muito: a relação de boa-vizinhança, a não ingerência, a cultura da paz e outros mecanismos que a nossa Constituição prevê e que os Srs. Deputados defendem, são questões que prevalecem numa relação entre Estados ou entre todos os outros Estados.

Srs. Deputados, não quero me alongar, mas é um privilégio estar aqui na Assembleia. Eu gostaria que os Srs. Deputados me convidassem para uma comissão especializada, para falar da política externa. Aí eu

falaria do trabalho que temos feito, um trabalho intenso! Os senhores, quando vêm um avião a chegar, como chegou ontem o cargueiro da Nigéria, alguém teve que trabalhar! Alguém teve que pedir ajuda ao Governo da Nigéria. O cargueiro chegou. Quando vêm o corredor humanitário aberto, e hoje temos um corredor humanitário aberto, alguém teve que trabalhar, para que o corredor humanitário fosse aberto.

As evacuações sanitárias da saúde, alguém tem que trabalhar, porque o espaço aéreo português está fechado. É preciso falar pessoalmente com o Ministro de Portugal, para abrir o seu espaço, para que os nossos doentes possam sair de São Tomé e Príncipe.

Quando as amostras vão para o Gana, eu tenho que falar com a minha colega de Gana, para abrir o espaço aéreo. É um trabalho de todos os dias. Infelizmente, há a frente da saúde, mas há uma frente que está subterrânea.

Neste momento, há guerra na Etiópia, meus irmãos, e temos são-tomenses na Etiópia que querem sair de lá, e estou a tentar o corredor humanitário, para tirar 10 são-tomenses que estão dentro do conflito armado em Etiópia. Este trabalho ninguém vê, ninguém recompensa, mas precisamos de trabalhar e faremos com muito gosto pela nossa Nação.

Eu podia, eu quero, eu gostaria que Vossas Excelências me convidassem, porque questões de política externa não se discute em plenária. São questões sensíveis! Convidem-me, eu vou, eu explico todos os detalhes, ponto por ponto, e tudo que estamos a fazer, mesmo em pandemia.

Ao longo desta semana, tivemos quatro sessões de Ministros da África Central, para a reforma institucional da nossa sub-região, para chegar a um consenso. E ontem, desde às 9 horas até às 16 horas e 10 minutos, tivemos a Cimeira de Chefes de Estado, eu estive no Palácio com o Sr. Presidente, durante todas essas horas a trabalhar, em videoconferência.

Tivemos a reunião com a FAO e a representação da FAO.

Tivemos a UNDAF.

Se hoje vamos ter o perdão da dívida com o Clube de Paris e os documentos estão confirmados, é porque negociamos já com o Clube de Paris, basta o Sr. Ministro assinar e São Tomé e Príncipe já terá a sua dívida perdoada.

Se hoje a ajuda da União Europeia está a chegar, é porque o diálogo político já aconteceu em Março com a União Europeia.

Não temos que filmar, não publicitamos, mas estamos a trabalhar.

Como disse aqui alguém, falemos de coisas más, mas é bom sempre enaltecer quem trabalha. Assim dá mais gosto continuar a trabalhar.

Relativamente ao cônsul honorário, o Sr. Miclet Vincent, é um dossier que normalmente, é uma regra no Ministério dos Negócios Estrangeiros, as candidaturas dos embaixadores, ou personalidades propõem figuras para serem cônsules honorários. Cônsules honorários são pessoas bem posicionadas, endinheiradas ou abastadas, ou que estão no mundo de negócios, ou que têm uma posição privilegiada perto de um governo, que facilitam um pouco que São Tomé e Príncipe possa ser promovido. Este indivíduo foi-nos apresentado e, na perspectiva nossa, pensamos que hoje o quadro da rede da diplomacia que nós temos para o exercício da política externa é diminuto, e delineamos a nossa estratégia em multiplicar um pouco mais os cônsules honorários, no fundo, para promover São Tomé e Príncipe.

Este indivíduo fez um pedido, e o pedido foi instruído. Enviámos o nosso Embaixador que está em Rabat para Marraquexe, para aferir da realidade, quer financeira e etc. do indivíduo, e eu tenho cá o relatório do Embaixador, que diz claramente assim: «Esta visita foi um sucesso, porquanto permitiu-nos visualizar *in loco* a situação real e concluir que todas as expectativas foram superadas positivamente. Não desenvolveremos aqui este assunto, por já termos tido uma informação específica e a par de Sua Excelência a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. Focaremos aqui outros assuntos de forma sucinta, portanto, as várias áreas que o tal cônsul honorário estaria disposto a desenvolver com São Tomé e Príncipe».

Alguns falarão de cacofonia, eu falaria de apenas um pequeno desacerto. Não houve cacofonia nenhuma entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Conselho de Ministros, Não! Houve um facto gerado. Com base num jornal virtual de Angola, alguém lançou que uma personalidade que não tem idoneidade foi escolhido para ser cônsul de São Tomé e Príncipe. Com base num jornal que nem sequer é o jornal oficial de Angola. Com base nesta notícia, lançou-se algo e a partir daí fez o eco. E como sabem, o são-tomense age por contaminação. O são-tomense, sempre, quando a gente pergunta, depois dele contar uma história, você viu? Não! *Un tendê, ou a flá!* Nunca ele diz: Eu vi! Nesse *un tendê, ou a flá*, a coisa ganhou proporção, e nós não nomeamos ainda o cônsul honorário. Fizemos um *due diligence*, o Embaixador foi até Marraquexe para aferir, porquê? Porque o cônsul honorário é uma pessoa muito próxima do Rei Mohammed VI e podia facilitar a nossa relação e a nossa aproximação com Marrocos, para além de todo o potencial que ele tem no ramo agro-alimentar e nos domínios do petróleo, etc. É uma figura importante, é uma figura que possivelmente terá os seus problemas, como tem toda gente com os seus sócios, porque é um grande homem de negócios, mas não tem problemas com o governo angolano, não tem problemas com o governo francês, porque nós pedimos registo criminal e pedimos todos os documentos dessa individualidade.

O que é que diz o Conselho de Ministros? Para a Ministra suspender e reapreciar a situação. É o que nós fizemos. Mandámos uma nota a explicar, ok, que não há nada de especial. Nós fizemos todos os

passos e o Conselho de Ministros é soberano para decidir se vamos ou não aceitar o Sr. Miclet Vincent como cônsul honorário de São Tomé e Príncipe.

Importa dizer que o cônsul honorário não traz gastos ao cofre do Estado são-tomense. Antes pelo contrário. E é mais uma razão, porque na regra do Reino de Marrocos, o cônsul honorário tem que apresentar, dar prova de que pode instalar verdadeiramente um cônsul honorário, ter a bandeira e ter a capacidade de gerir também a comunidade que ele vai representar.

Portanto, minhas senhoras e meus senhores, eu estarei aberta para responder a todas as outras perguntas. Não conheço fisicamente ainda o Sr. Miclet Vincent, mas gostaria de o conhecer, face a tudo que se me colaram, sobretudo os grandes atributos de riqueza e de *ladroíce*, mas eu digo-vos uma coisa, como crente: Deus condena a mentira e a boca fraudulenta responderá em juízo.

Muito obrigada.

Uma voz do ADI: — É praga, Sra. Ministra?

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:** — Não é praga. É uma bênção! Bênção para vós!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Cílcio Santos.

O Sr. **Cílcio Santos** (MSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas Deputados, honoráveis Membros do Governo, Serviços e povo de São Tomé e Príncipe, muito boa tarde.

Gostaria de fazer a minha intervenção em dois momentos. O primeiro tem a ver com a nossa Casa Parlamentar, com a nossa conduta. Tenho dificuldades em participar nos debates em Plenário. Já falei disso com alguns colegas e amigos. Espanta-me a forma como fazemos a política em São Tomé e Príncipe. Não dignificamos o povo o qual servimos. Temos que rever a ética parlamentar, o respeito, a irmandade, minha gente! Desculpem, é uma vergonha! São Tomé e Príncipe tem que começar a dar outros passos, temos que inverter a nossa forma de agir e de andar em sociedade, estar em sociedade. Fazemos barulho e fiasco aqui, mas lá fora, somos amigos, somos parentes. Tenho vários amigos da oposição. Enfim!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Quem faz fiasco, aqui? Fiasco?

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Líder, tenha calma, faz favor!

Então, eu gostaria que nós revíssemos de facto o nosso comportamento no Parlamento. Um conselho, esta bem?

A moção de censura não é uma coisa qualquer, já o disseram aqui. Tem que haver um móbil suficiente. Não é pensou, vamos só testar se a maioria está ou não está com o Governo, se o Governo cai ou não cai. Que brincadeira é essa? Isto não é assim! Tem que haver razões e fundamentos plausíveis. O País tem que conhecer ou tem que estar a conhecer uma crise, para sustentar uma moção.

Murmúrios.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Deixem-no falar. Está a apreender.

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD) : — Eu não preciso disso, Deputado Abnildo. Se for ver o meu CV, não sei se o senhor chega lá tão cedo.

Bom, das crises, o que eu gostaria de enumerar, primeiro, o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Chefe do Governo...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Protesto, Sr. Presidente.

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — Espera. Ouve, meu irmão. O que é que se passa? Como dizia, o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Chefe do Governo, tinha que estar mergulhado...

Murmúrios.

Eu não sou muito de atirar piadas, mas olhem, que eu tenho muitos arquivos.

Primeiro, o Primeiro-Ministro tinha que estar mergulhado numa crise sem precedentes, tinha que estar mergulhado em actos de corrupção, com provas irrefutáveis, para que alguém pusesse em causa a sua continuidade como Chefe de Governo. Isso sim, justificaria trazer cá uma moção de censura ao Primeiro-Ministro, hoje. Perdemos tempo, enquanto o País precisa de andar. Justificaria muito bem, se de facto tivesse envolvido em escândalos financeiros, sem precedentes, e com provas irrefutáveis! Não vir aqui falar, sem documentos, sem nada.

O País tinha que estar numa crise governativa onde as instituições da administração pública revelassem um total disfuncionamento e que a população, a qual nós servíssemos, se visse insatisfeita. Não é o caso!

Não é o caso, meus senhores! Vamos ter calma, faz favor! Faltam mais dois anos e meio. Nós também aguentámos 4 anos. Sossegados, a sofrer, claro! Em silêncio. Até perguntavam se o MLSTP/PSD estava a existir. Dissemos, não, toda hora com instabilidade, vamos deixar o ADI governar 4 anos. Qual é o problema? É o que eu peço também. Deixem-nos governar!

Murmúrios.

Daqui a dois anos e meio, seremos censurados. Vamos voltar ao veredicto. Se tivermos trabalhado bem, vão reconduzir-nos. Se trabalharmos mal, virá outro partido. É a democracia, é a regra.

A falta de responsabilidade, perante a Assembleia Nacional e perante o Presidente da República. Não havendo coabitação, um bom relacionamento entre o Presidente da República e o órgão de fiscalização governativa, é claro, não há condições para que um governo continue. Mas neste momento há toda a condição. Os órgãos estão a coabitar muito bem, minha gente.

O país tinha que conhecer uma ruptura de bens alimentares e outros de primeira necessidade, de forma recorrente, mas não é o caso. Estamos abastecidos, estamos a produzir. Qual é o problema, minha gente!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Sr. Primeiro-Ministro, caras e caros Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, não há razão, não há fundamento para esta Moção de Censura.

Sr. Primeiro-Ministro, fique descansado, do nosso Governo vai continuar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Cílcio.
Tem a palavra o Deputado Carlos Correia, para um protesto.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Deputado Cílcio...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado vai protestar contra a intervenção do Deputado Cílcio, é isto?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sim Sr. Presidente. Eu gostaria de protestar contra a intervenção do Sr. Deputado Cílcio, porque a moção de censura não é só quando o primeiro-ministro está isto ou está aquilo que o senhor disse aqui. Não! A moção de censura é um instrumento que as bancadas têm o direito, pelo menos em cada sessão parlamentar, de introduzir uma.

Murmúrios.

Portanto, não venham aqui tentar passar a mensagem ao povo de que a moção de censura, como ouvi alguém falar aqui, é o último botão, como se fosse um canhão. Não! A moção de censura é um instrumento político de censurarmos o Governo por actos, sobretudo neste momento, económicos importantes, falhas importantes, no processo do Covid-19.

Portanto, é importante que o povo saiba que a moção de censura não é esse *blá blá blá* que ouvimos aqui. Ela foi e está a ser muito bem tratada aqui. Pessoas que se dizem democratas, hoje não querem ouvir a verdade porquê? Infelizmente, não temos muito tempo, mas havemos de cá voltar, para discutir mais todos os outros processos aqui da democracia, porque é aqui que se discute.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos encerrar o debate, pedindo ao primeiro subscritor, para fazer a sua intervenção de encerramento.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Ministras, Srs. Ministros, caras e caros presentes, caras e caros são-tomenses: É com orgulho que encerramos este debate, e nós o Grupo Parlamentar do ADI saímos satisfeitos, porque toda gente vai sair a ganhar.

Nós temos dois cenários: a Moção de Censura chumbar, não passar, não colher maioria dos votos, e outro cenário é a Moção de censura acolher maioria de votos, de acordo com o Regimento, maioria absoluta dos Deputados em efectividades de funções. Um cenário ou outro, há ganhos. A Moção de Censura não passando, o ADI sai satisfeito, porque cumpriu aquilo que diz a Constituição e o Regimento, promoveu um debate, aprofundou o debate e o levantamento de várias questões ao Governo. Algumas delas, alguns Ministros tiveram a oportunidade de vir cá explicar e outras nem tanto, a população está nos seguir, e o próprio Primeiro-Ministro também, em muitas dessas questões, não se dignou em responder. Seja como for, é um ganho para a democracia.

A Moção de Censura não passando, o Governo ganha. Sai fortificado, é verdade, mas sai daqui também com um cartão assinalado. Por mais que não seja vermelho, é um cartão amarelo. Sai com uma responsabilidade acrescida de não perseguir; com uma responsabilidade acrescida de fazer atenção à

corrupção; com uma responsabilidade acrescida de melhorar a credibilidade, quer do Governo, das instituições quer do próprio Estado, perante os nossos parceiros.

Este exercício, nós todos temos que ter consciência que valeu a pena. Dizer o contrário, aí sim é infantilidade.

A Moção de Censura, passando, é ganho para a democracia, porque, na nossa perspectiva, permitir-se-ia ao País ter um governo com um novo alento, uma nova perspectiva e uma nova credibilidade para o País.

É essa a introdução que eu gostaria de fazer, independentemente do desfecho final, e apresentar, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, a seguinte declaração:

«Nós, os Deputados da Grupo Parlamentar do ADI, introduzimos e votaremos a favor da Moção de Censura contra o Governo da nova maioria, liderado pelo Partido MLSTP/PSD, pela forma como o mesmo tem conduzido o destino do País, frustrando todas as expectativas criadas com as promessas feitas aquando da campanha eleitoral, incluindo as dos militantes amigos e simpatizantes do seu próprio Partido, com reflexos muito negativos na vida dos cidadãos.

Nós introduzimos e votaremos, de forma expressa, a favor da Moção de Censura contra este Governo, liderado pelo Dr. Jorge Bom Jesus, pela forma ligeira e algo irresponsável como o mesmo tem vindo a gerir os assuntos estratégicos, reputados de fundamentais para o desenvolvimento do Estado são-tomense, como são: a reforma da Justiça; a condução da política externa, enquanto área partilhada com Sua Excelência o Presidente da República; a Infra-estruturação do País, com execução de obras sem concursos e licitações públicas; a não condução isenta, transparente e autónoma e independente dos órgãos de comunicação social, sem a promoção do contraditório, para só citar alguns, numa clara vontade de impor, única e exclusivamente, a sua vontade e agenda do seu Governo.

Ao introduzirmos e votarmos a Moção de Censura, pretendemos com ela manifestar e exaltar a nossa profunda preocupação e total desapontamento pelo curso que tem tomado as coisas no nosso país com esta governação, exigindo deste modo a sua rápida alteração e consequente responsabilização do Governo.

Por fim, ao introduzirmos e votarmos a favor desta Moção de Censura, queremos, finalmente, deixar bem claro que o ADI não teve e não tem nenhuma pretensão de assumir a governação, caso a Moção passe. Não temos igualmente nada contra o Partido MLSTP/PSD, pelo que reiteramos agora aqui, caso a Moção seja aprovada, de forma solene, perante a Assembleia Nacional e a Nação são-tomense, a nossa total disponibilidade para viabilizar e dar sustentabilidade parlamentar ao novo governo deste partido, para cumprir a legislatura, em nome da estabilidade e da consolidação da democracia no País, promovendo as reformas que se impõem neste sentido.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar.
De seguida, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI) — Sr. Presidente, protesto. Quem encerra sou eu.

O Sr. **Presidente**: — Veja o Regimento!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI) — Não, Sr. Presidente. O primeiro subscritor é que encerra o debate e não o Primeiro-Ministro. A Moção foi solicitada por mim.

Houve uma má interpretação da Mesa.

Protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Temos que cumprir o Regimento. Eu vou pedir que o Secretário leia o que diz o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para ler o n.º 3 do artigo 226.º.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Artigo 226.º n.º 3: «O Primeiro-Ministro tem o direito de intervir imediatamente após e antes das intervenções previstas no número anterior».

Murmúrios do ADI.

Ponto anterior, n.º 2: «O debate é aberto e encerrado pelo primeiro dos signatários da moção».

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Primeiro-Ministro não quer falar é uma coisa, mas se o que está aqui escrito, é preciso ler bem a interpretar. «...Imediatamente após e antes...».

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Até parece que é o primeiro exercício que estamos a fazer nesta Casa, mas nós não podemos estar aqui com interpretações dúbias. Eu peço a qualquer Jurista que se prese deste nome, para explicar o que está aqui escrito. Isso não é política. O que está aqui é Direito!

Não, é o que está escrito. Isso é outra coisa e tem-se que esclarecer.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI) — Sr. Presidente, nós no início dissemos que temos a consciência do números de Deputados que somos. Nós sabemos, pelo número de Deputado que somos, que a Moção não passa, mas não é isso que está em causa. O que estamos a dizer, isso não é questão de interpretação da lei, é uma questão da língua portuguesa. O Sr. Presidente está nesta Casa há mais de 4 mandato, se calhar. Se isto acontecer, será a primeira vez que o apresentador da Moção fala antes do membro do Governo. Quem inicia e encerra o debate é o primeiro subscritor.

Ao iniciar o debate, logo em seguida o Primeiro-Ministro tem a palavra. Ao encerrar, antes, o Primeiro-Ministro tem a palavra. A Mesa não concedeu a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, então já não há espaço. O debate já está encerrado.

Se o Primeiro-Ministro continuar, nos retiramos e não votaremos, se é essa interpretação.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro não quer falar.
Não arranje bode expiatório, para dizer que a Moção não foi reprovada.
Vamos submeter imediatamente a Moção de Censura à votação.

Aplausos do ADI.

Vozes: — Um momento.

O Sr. **Presidente**: — Não há momento nenhum. É agora.
Fazer o quê? Mas o que é que querem afinal de contas?

Murmúrios.

Submetida à votação, foi rejeitada com 28 votos contra, sendo 23 do MLTP/PSD e 5 do PCD/MDFM-UDD, 24 votos a favor do ADI e 3 abstenções, sendo 1 de 1 Deputado do ADI e 2 do MCI.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD, em pé.

O Sr. **Presidente**: — Ainda não terminou, ainda não terminamos a sessão.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para fazer a leitura da deliberação, de acordo com o previsto no número 2 do artigo 262.º, coadjuvado com os pontos 8 e 9 do artigo 12.º da Lei 10/2008.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — «Projecto de Moção de Censura n.º 1/XI/4.ª/2020 – Apresentada ao XVII Governo Constitucional.

Preâmbulo.

Nos termos do artigo 225.º do Regimento da Assembleia Nacional, foi apresentada à Mesa deste Órgão Legislativo uma Moção de Censura ao XVII Governo Constitucional, subscrita por um quarto dos Deputados em efectividade de funções, pertencentes ao Grupo Parlamentar do ADI, nomeadamente: Abnildo do Nascimento d'Oliveira, Ekneide Lima dos Santos, Domingos José da Trindade Boa Morte, Adilson Cabral Managem, Alda Quaresma da d'Assunção dos Ramos, Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso, Carlos Manuel Cassandra Correia, Sebastião Lopes Pinheiro, Alexandre da Conceição Guadalupe, Mário Fernando de Jesus Rainho, Anaydi dos Prazeres Ferreira, Arlindo Quaresma dos Santos, Salcedas d' Alva Teixeira Barros e Celmira d' Almeida do Sacramento.

Com efeito, a Conferência de Líderes, na sua reunião de 29 de Julho, deliberou pelo agendamento do debate da referida Moção, ao abrigo do artigo 226.º do Regimento da Assembleia Nacional, para o dia 31 de Julho do corrente ano.

Nestes termos, a Assembleia Nacional vota, nos termos das alíneas b) e s) do artigo 97.º da Constituição, a seguinte Moção de Censura:

Artigo 1.º. Deliberação.

É reprovada a Moção de Censura, apresentada por um quarto de Deputados pertencentes ao Grupo Parlamentar do ADI, ao XVII Governo Constitucional, Chefiado pelo Primeiro-Ministro, o Sr. Jorge Lopes Bom Jesus.

Artigo 2.º. Parte integrante.

Faz parte integrante do presente Diploma o texto da Moção de Censura, em anexo.

Artigo 3.º. Entrada em vigor.

A presente deliberação entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 31 de Julho de 2020.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiago das Neves.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

Eram 15 horas.